



CAMILA DE BRITO QUADROS LARA

**A CIDADE E O PATRIMÔNIO CULTURAL:  
UM OLHAR SOBRE A FEIRA LIVRE DE DOURADOS/MS**

Brasília - DF

2019

CAMILA DE BRITO QUADROS LARA

**A CIDADE E O PATRIMÔNIO CULTURAL:  
UM OLHAR SOBRE A FEIRA LIVRE DE DOURADOS/MS**

Trabalho de Conclusão do Curso apresentado ao Curso de Especialização em Educação e Patrimônio Cultural e Artístico, lato sensu – a distância, do Departamento de Artes Visuais, Instituto de Artes da Universidade de Brasília como requisito parcial para a conclusão de curso.

**Orientadora:** Prof.(a) Dr.(a) Ana Lúcia de Abreu Gomes

Brasília-DF

2019

Polo Barretos-SP

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>8</b>
<b>CAPÍTULO I – PATRIMÔNIO CULTURAL: ABORDAGENS HISTÓRICAS .....</b>	<b>11</b>
1.1. Patrimônio: O que é? Quem categoriza? Quem legitima? .....	11
1.2. O patrimônio na História: das origens à preocupação com a proteção e a preservação.....	14
1.3. O Brasil no contexto da proteção ao patrimônio cultural.....	18
<b>CAPÍTULO II – A PESQUISA NO ÂMBITO DO PATRIMÔNIO CULTURAL: METODOLOGIA, PERSPECTIVAS E ABORDAGENS .....</b>	<b>22</b>
2.1. Metodologia de pesquisa com o patrimônio cultural na perspectiva histórica: a importância das fontes.....	22
2.2. As fontes de imprensa: onde buscá-las e como analisá-las.....	23
2.3. As fontes oficiais: o cuidado na interpretação dos documentos .....	25
2.4. As fontes memorialísticas: quando a história e a memória se cruzam .....	26
2.5. A importância da memória e da identidade para se compreender o patrimônio cultural.....	27
<b>CAPÍTULO III – FEIRAS ENQUANTO PATRIMÔNIO CULTURAL: HISTÓRIA E CULTURA BRASILEIRA .....</b>	<b>32</b>
3.1. Surgimento das feiras: aspectos históricos, culturais e suas representações.....	32
3.2. A Feira de Caruaru/PE e a Feira de Campina Grande/PB: patrimônios culturais imateriais do Brasil .....	36
3.3. A proteção cultural das feiras no Brasil: o instrumento Registro e o Livro dos Lugares .....	39
<b>CAPÍTULO IV – FEIRA LIVRE DE DOURADOS/MS: ASPECTOS HISTÓRICOS E A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL .....</b>	<b>42</b>
4.1. Buscando na história da cidade os elementos para a compreensão do patrimônio cultural.....	
4.2. Os espaços ocupados pela Feira Livre: a dinâmica da cidade e suas memórias ....	45
4.3. A Feira Livre de Dourados e as problemáticas relacionadas à preservação do patrimônio cultural.....	47

<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>54</b>
-----------------------	-----------

<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>56</b>
--------------------------	-----------

## **LISTA DE ILUSTRAÇÕES E FIGURAS**

Figura 1 – Representação imagética de uma Feira Medieval.....	33
Figura 2 – Feira de Caruaru/PE .....	37
Figura 3 – Artesanato da Feira de Caruaru/PE .....	38
Figura 4 – Feira de Campina Grande/PB. ....	38
Figura 5 – Produção da Feira de Campina Grande/PB.....	39

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho a todos que, assim como eu, se enveredam pelos caminhos do patrimônio cultural, buscando saber um pouco mais sobre sua história, seu sentido, seus significados.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Universidade de Brasília, que através do Departamento de Artes Visuais, Instituto de Artes oportunizou a realização da Especialização em Educação e Patrimônio Cultural e Artístico de forma gratuita e online.

Agradeço ao tutor Antônio Gomes da Costa Neto pelo acompanhamento e direcionamento durante toda a especialização.

Agradeço a Elaine Ruas, pelo comprometimento e preocupação com todos nós estudantes, sobretudo na fase final da especialização.

Agradeço a Prof.(a) Dr.(a) Ana Lúcia de Abreu Gomes pela orientação durante o período da escrita da monografia, pelas sugestões, indicações de materiais e sobretudo, por me instigar à pesquisa.

Agradeço a minha amiga pessoal e colega de “vida acadêmica” Daiane Lima dos Santos por toda a ajuda e incentivo durante esse processo.

Meu muito obrigada!

## RESUMO

O presente trabalho apresenta a temática da Feira Livre de Dourados enquanto patrimônio cultural, destacando sua historicidade, os aspectos materiais e imateriais e a problemática envolvida na questão do tombamento desse patrimônio. A Feira Livre de Dourados foi criada em 1948 através do Decreto Lei nº 19, como uma estratégia de abastecimento dos moradores da cidade, comercialização dos produtos hortifrutigranjeiros dos colonos da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND) e da Colônia Municipal de Dourados (CMD), bem como forma de arrecadação de impostos para o município. Os objetivos da pesquisa se viabilizaram no sentido de, primeiramente, abordar a temática patrimônio cultural na perspectiva histórica e os instrumentos de proteção do patrimônio material e imaterial utilizados no Brasil, apresentar o contexto histórico e cultural das feiras enquanto patrimônio cultural e mais propriamente discutir a problemática do tombamento da Feira Livre de Dourados: suas intenções, causas e desdobramentos. Em relação à metodologia, foi realizado um levantamento bibliográfico inicial sobre o tema (na perspectiva do patrimônio cultural, história de Dourados/MS e mais profundamente o objeto de pesquisa em questão), além das fontes documentais (arquivo da Câmara de Vereadores e da Prefeitura Municipal), as fontes da imprensa (jornais – O Progresso e O Douradense, e as obras memorialísticas. Entendemos que a presente pesquisa sobre a Feira Livre de Dourados é importante pois a representação da mesma está para além das funções econômicas, visto que se trata de uma produção cotidiana de saberes, de práticas sociais e culturais, de relações de poder. Nesse sentido, entender os mecanismos que se relacionam nesse contexto, nos faz refletir sobre a importância de um determinado patrimônio cultural para uma cidade e seus moradores.



## INTRODUÇÃO

Os estudos dedicados ao patrimônio cultural, de forma geral, são em grande parte, relativamente recentes, bem como sua produção historiográfica, sobretudo no Brasil. Na História, essa produção está inserida, sobretudo na abordagem da História Cultural que, segundo Sandra Jatahy Pesavento (2008) começa a ter destaque na década de 1970 na Europa e na década de 1990 no Brasil. Para a autora,

Trata-se, antes de tudo, de pensar a cultura como um conjunto de significados partilhados e construídos pelos homens para explicar o mundo. A cultura é ainda uma forma de expressão e tradução da realidade que se faz de forma simbólica, ou seja, admite-se que os sentidos conferidos às palavras, às coisas, às ações e aos atores sociais se apresentam de forma cifrada, portando já um significado e uma apreciação valorativa (PESAVENTO, 2008, p. 15).

Peter Burke (2008) em seu livro *O que é História Cultural?* aponta que há mais de 200 anos a História Cultural já era praticada na Alemanha e que “antes disso, havia histórias separadas da filosofia, pintura, literatura, química, linguagem e assim por diante” (BURKE, 2008, p. 15). Com uma visão contemporânea, o autor destaca que a História Cultural

[...] foi arena em que se desenvolveram algumas discussões mais estimulantes e esclarecedoras do método histórico. Ao mesmo tempo, os historiadores culturais e também os historiadores sociais vêm ampliando o território da profissão, além de tornar o assunto mais acessível para um público mais amplo (BURKE, 2008, p. 163).

Com a ampliação da abordagem de pesquisa dentro da História Cultural, os trabalhos de investigação foram divididos, de acordo com Pesavento (2008), em *campos temáticos de pesquisa*, cujos elementos são, dentre outros: a cidade, as imagens, as identidades e a memória (associando nesta, o patrimônio). Porém, aos pesquisadores da História Cultural, a autora faz um alerta:

A História Cultural pressupõe um método, trabalhoso e meticuloso, para fazer revelar os significados perdidos do passado. Pressupõe ainda uma carga de leitura ou bagagem acumulada, para potencializar a interpretação por meio da construção do maior número de relações possível entre os dados. Como resultado, propõe versões possíveis para o acontecido, e certezas provisórias (PESAVENTO, 2008, p. 119).

Inserido no conceito de patrimônio cultural e que são temas de pesquisas acadêmicas e mercadológicas, algumas mais consolidadas, outras mais recentes, os estudos relacionados aos

patrimônios materiais e imateriais: histórico, religioso, arquitetônico, arqueológico, geológico, paleontológico, genético, industrial, ferroviário, urbano, tecnológico, e inúmeros outros temas que ainda poderão ser categorizados na medida em que se revisa o próprio conceito de cultura, sendo esta dinâmica, múltipla e em constante modificação. Contudo, ao analisarmos os primeiros e principais conceitos publicados sobre a temática do patrimônio somos direcionados principalmente aos aspectos históricos, sendo estes constituídos, sobretudo, pela acumulação contínua e variada de marcas e significados da presença do ser humano no planeta, sua relação com o passado e com um determinado grupo social.

Partindo para a discussão do objeto proposto, a Feira Livre de Dourados, percebo minha própria inserção enquanto pesquisadora do patrimônio cultural local e, nesse sentido, penso algumas articulações e relevâncias da pesquisa.

Qual o motivo de se pesquisar o tema Feira Livre em Dourados? Particularmente o tema me cativa enquanto objeto de pesquisa porque abrange o interesse profissional e acadêmico de se pesquisar um patrimônio histórico-cultural reconhecido pelos cidadãos e legitimado pelo poder público, além de envolver o interesse pessoal, visto que sou douradense, filha de douradenses e minha família é frequentadora da Feira Livre desde seus primórdios. Outras questões importantes para embasar a relevância dessa temática encontram-se nas múltiplas dinâmicas sociais relacionadas à feira: as tradições, as expressões, os símbolos, os personagens, a variada cultura, as memórias que produzem historicidades, os espaços de “trocas” econômicas, sociais, culturais e políticas, as dinâmicas de trabalho e lazer, dentre outros aspectos me levam a entender a feira enquanto uma produção cotidiana de saberes, de identidades. Nesse sentido, a Feira Livre de Dourados contempla inúmeras vertentes sociais passíveis de pesquisa, que transcendem as funções meramente econômicas, de compra e venda de produtos.

Dessa forma, o objetivo geral desse trabalho é apresentar e problematizar o processo de tombamento da Feira Livre de Dourados/MS e, nesse sentido, percebendo o projeto como uma monografia, proponho os seguintes objetivos específicos: 1) abordar a temática patrimônio cultural na perspectiva histórica e os instrumentos de proteção do patrimônio material e imaterial utilizados no Brasil; 2) apresentar o contexto histórico e cultural das feiras enquanto patrimônio cultural; 3) situar e problematizar historicamente a criação da Feira Livre de Dourados; 4) discutir a problemática do tombamento da Feira Livre de Dourados: suas intenções, causas e desdobramentos.

Entender a Feira Livre de Dourados enquanto elemento representativo diante do reordenamento do espaço público, bem como suas dinâmicas e representações sociais e

culturais também permeia tal estudo, pois a feira se constitui em um espaço de sociabilidade, de trabalho, de lazer, de tradição e de memória coletiva, produzindo identidades. Sua representação está para além das funções econômicas, visto que se trata de uma produção cotidiana de saberes, de práticas sociais e culturais, de relações de poder.

Dessa forma, abordar as diversas relações sociais que permearam e se entrecruzaram nesse contexto é fundamental para a compreensão, dentre outras questões, da escolha e determinação do que é patrimônio para uma localidade e comunidade.

## CAPÍTULO I – PATRIMÔNIO CULTURAL: ABORDAGENS HISTÓRICAS

### 1.1. Patrimônio: O que é? Quem categoriza? Quem legitima?

A palavra patrimônio, do latim *patrimonium*, é comumente conhecida pelo conjunto de bens de herança de um indivíduo, que é transmitido de geração em geração. Numa visão mais global, trata-se de um tipo de legado que recebemos do passado, vivemos no presente, e transmitimos para as gerações futuras. Remete, em sua origem, às estruturas sociais, econômicas e jurídicas num determinado espaço e tempo. Com o passar dos anos, essa palavra assumiu diferentes conceitos e aspectos, evoluindo de acordo com a própria evolução do ser humano em suas práticas sociais e culturais.

O antropólogo José Reginaldo Santos Gonçalves lança reflexões sobre *O patrimônio como categoria de pensamento*<sup>1</sup>. Segundo o autor, apesar de usarmos esta palavra com frequência no cotidiano, a mesma denota inúmeras qualificações, o que demonstra ser fundamental para os estudos sociais enquanto categoria de pensamento humano. Dentre algumas qualificações, podem-se citar os segmentos ligados a: economia, finanças, cultura, arquitetura, história, artes, etnografia, ecologia, genética e, o mais recente aspecto, o caráter intangível do patrimônio (GONÇALVES, 2009, p. 25).

A escolha ou determinação do que é categorizado e/ou legitimado enquanto patrimônio por um grupo social está relacionado principalmente à construção e atribuição de valor simbólico ao mesmo. Reinaldo Dias (2006) utiliza os conceitos de atribuição de valor propostos pelo historiador e professor da Universidade de Barcelona Josep Ballart<sup>2</sup> que assim os definiu:

- valor de uso: ocorre em função de sua utilidade. Pode somar-se a esse valor a atual visão econômica na qual o patrimônio pode ser utilizado para o desenvolvimento das comunidades;
- valor formal: apreciados pela atração que causam sobre os sentidos. Valor estético;

---

<sup>1</sup> Comunicação apresentada na mesa redonda *Patrimônios emergentes e novos desafios: do genético ao intangível*, durante a 26ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós Graduação em Ciências Sociais, realizada em Caxambu, em 23 de outubro de 2002. Foi publicado em 2009, enquanto capítulo do livro: *Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos*, organizado por Regina Abreu e Mário Chagas.

<sup>2</sup> BALLART, Josep. *El patrimoni històric y arqueològic: valor y uso*. Barcelona: Ariel, 1997.

- valor simbólico-significativo: enquanto veículos que relacionam o passado e o presente. Atuam como ponte entre pessoas separadas pelo tempo. São símbolos que atribuem significados ao passado (DIAS, 2006, p. 77).

O professor e conselheiro do patrimônio cultural Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses também aborda algumas questões que dizem respeito a atribuição do valor cultural<sup>3</sup>, no sentido de identificar componentes ou referências do/ao mesmo. Entendendo que “tais componentes não existem isolados, agrupam-se de forma variada, produzindo combinações, recombinações, superposições, hierarquias diversas, transformações, conflitos” (MENESES, 2012, p. 35). Nesse sentido, o autor propõe os seguintes componentes do valor cultural, utilizando como base de exemplificação um cartum de uma Catedral Gótica (Chartres), publicada em uma revista francesa<sup>4</sup>:

I) Valores cognitivos: Se (ou quando) a catedral de nosso cartum tiver condições de conhecimento ou constituir oportunidade relevante de conhecimento. [...] O bem está sendo tratado, então, como documento, ao qual se dirigem questões para obter, como resposta, informações de múltipla natureza. É um valor de fruição basicamente intelectual.

II) Valores formais: Quando, porém, essa mesma catedral é percebida (ou também é percebida) não tanto como documento, não tanto para produzir informação, mas como oportunidade qualificada para gratificar sensorialmente e tornar mais profundo o contato de meu “eu” como o “mundo externo” ou “transcendente”, então o valor predominante é o formal ou estético.

III) Valores afetivos: Os valores que costumamos chamar de históricos (mas relacionados à memória e não a conhecimento controlado) estariam mais bem enquadrados na categoria de valores afetivos. Não são propriamente históricos, já que se trata de formulação de autoimagem e reforço de identidade. São afetivos, pois constam de vinculações subjetivas que se estabelecem com certos bens.

IV) Valores pragmáticos: São mais que valores de uso. [...] Para dizer com outras palavras: valores pragmáticos são valores de uso percebidos como qualidades. Tais valores são comumente marginalizados ou ignorados entre nós, com significativa frequência.

<sup>3</sup> Conferência Magna apresentada durante o I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural, realizado em Ouro Preto/MG em 2009. Os anais foram publicados em 2012 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. O material completo está disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Anais2\\_vol1\\_ForumPatrimonio\\_m.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Anais2_vol1_ForumPatrimonio_m.pdf). Acesso em 06/12/2018.

<sup>4</sup> Meneses (2009) utiliza a exemplificação do cartum da Catedral Gótica durante toda a Conferência Magna proferida. Nesse sentido, considero relevante apresentar o contexto abordado pelo autor naquele momento, pois nos leva a refletir sobre o sentido e a importância que direcionamos ao patrimônio cultural. Segundo o autor, “Essa imagem me acompanha desde que comecei a me interessar pelo patrimônio cultural, pela sua capacidade de sintetizar uma série de problemas com uma extraordinária força de convicção que só os artistas são capazes de obter (tenho a vaga memória de que o cartunista seria Sempé). Nessa imagem, no interior hierático, solene e penumbroso de uma catedral gótica (Chartres), aparece uma velhinha encarquilhada, de joelhos diante do altar-mor, profundamente imersa em oração. Em torno dela, a contemplá-la interrogativamente, dispõe-se um magote de orientais, talvez japoneses. A presença de um guia francês nos permite considerar que se trata de turistas em visita à catedral. O guia toca os ombros da anciã e lhe diz: – “Minha senhora, a senhora está perturbando a visitação”. Eis um retrato impressionante da perversidade de certa noção de patrimônio cultural vigente entre nós” (MENESES, 2009, p. 26).

V) Valores éticos: São aqueles associados não aos bens, mas às interações sociais em que eles são apropriados e postos a funcionar, tendo como referência o lugar do outro (MENESES, 2009, p. 35-38).

Outros importantes critérios para se pensar e discutir esta categoria são os apontados por Funari e Pelegrini (2006, p. 9-10): a individualidade e a coletividade do patrimônio. Ao passo que no primeiro aspecto, o patrimônio é fundamentado a partir de percepções, sentimentos e afinidades inerentes ao âmbito individual, no segundo, o mesmo é determinado por outros indivíduos, mesmo quando se referem a *grupos de iguais*. Ou seja, categorizar o patrimônio coletivo significa primeiramente entender as diferenças das próprias relações coletivas, que nem sempre são convergentes. Além disso, os significados do patrimônio diferem entre os indivíduos na medida em que seus valores sociais e culturais e, sobretudo seus interesses enquanto grupo, se alteram com o passar do tempo. Nesse sentido, discutir sobre patrimônio abrange

[...] falar de coisas (ou práticas) cujas propriedades, derivadas de sua natureza material, são seletivamente mobilizados pelas sociedades, grupos sociais, comunidades, para socializar, operar e fazer agir suas ideias, crenças, afetos, seus significados, expectativas, juízos, critérios, normas, etc., etc. – e, em suma, seus *valores* (MENESES, 2012, p. 32, destaque do autor).

Como bem discorrem Funari e Pelegrini (2006), discutir patrimônio é uma tarefa desafiadora, porém necessária, para compreensão mais ampla do tema e de suas contribuições para o entendimento do ser humano enquanto sujeito no mundo.

Dentro desta perspectiva, podem-se elencar diversas subcategorias presentes no conceito amplo de patrimônios, sendo as principais: Natural - representada pelas “riquezas que estão no solo e no subsolo, tanto as florestas quanto as jazidas” (BARRETTO, 2000, p. 9) e Cultural - formada pelos elementos materiais (tangíveis) e imateriais (intangíveis) que o compõem. Dias (2006, p. 68) nos fornece exemplos:

Patrimônio Cultural Material: construções antigas, ferramentas, objetos pessoais, vestimentas, museus, cidades históricas, patrimônio arqueológico e paleontológico, jardins, edifícios militares e religiosos, cerâmica, esculturas, monumentos, documentos, instrumentos musicais, entre outros objetos.

Ou seja, a materialidade do patrimônio revela elementos que representam a capacidade de adaptação do ser humano em seu meio ambiente e a forma de organização da vida social, política e cultural. O mesmo autor também elenca os elementos para o

Patrimônio Cultural Imaterial: conhecimentos transmitidos, como as tradições orais, a língua, a música, as danças, o teatro, os costumes, as festas, as crenças, o conhecimento, os ofícios e técnicas antigas, a medicina tradicional, a herança histórica, entre outros (DIAS, 2006, p. 68).

O patrimônio cultural deve ser entendido como o testemunho da história, o que restou de nossos ascendentes e, sobretudo, o mesmo nos leva a compreender a relação entre esses testemunhos, o valor simbólico e o contexto histórico em que foram criados.

Françoise Choay em seu livro *A alegoria<sup>5</sup> do patrimônio*, publicado no Brasil em 2006, designa que o patrimônio histórico é constituído através de “obras e obras primas das belas- artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes e *savoir-faire*<sup>6</sup> dos seres humanos” (CHOAY, 2006, p. 11). Dentro dessa perspectiva, a autora cita como “bens incomensuráveis e heterogêneos” e ainda, “categoria exemplar que se relaciona mais diretamente com a vida de todos”, o patrimônio histórico representado pelas edificações que são definidas como: “todas as formas de arte de construir, eruditas e populares, urbanas e rurais, todas as categorias de edifícios, público e privados, santuários e utilitários” (CHOAY, 2006, p.12).

## **1.2. O patrimônio na História: das origens à preocupação com a proteção e a preservação**

A historiografia aponta que patrimônio irá definir-se enquanto categoria no final do século XVIII, paralelamente à formação dos Estados Nacionais. Porém, nota-se a utilização da mesma no mundo clássico e na Idade Média através de suas referências semânticas específicas, como por exemplo, o Colecionismo (GONÇALVES, 2009, p. 26). Funari; Pelegrini (2006, p. 13) corroboram a afirmação, relacionando-a também com a prática aristocrática de se venerar e colecionar antiguidades, presentes nas coleções particulares e nos antiquários. No entanto, na sociedade moderna, a preocupação com o patrimônio irá resultar em transformações conceituais denotadas pelos Estados Nacionais, principalmente na França com a revolução de 1789.

---

<sup>5</sup> A proposta da autora nesta obra não é fazer da noção de patrimônio histórico e de seu uso o objeto de uma pesquisa histórica, mas o sujeito de uma alegoria, na medida em que os mesmos sejam ilustrados na forma de objetos, coleções, monumentos, cidades históricas, dentre outros (CHOAY, 2006, p. 29).

<sup>6</sup> Traduzido do francês - *Saber fazer*.

Assim, temos o marco para o conceito moderno de patrimônio com a *invenção do cidadão francês*<sup>7</sup>: igualdade entre os indivíduos, compartilhamento de valores e costumes, determinação e difusão do francês como língua nacional<sup>8</sup>. O patrimônio passa a ser considerado um reflexo da Nação, já não mais no âmbito privado e de velhas tradições, mas sim “de todo um povo, com uma única língua, origem e território” (FUNARI; PELEGRINI, 2006, p. 17). Sobre essa questão, o historiador Haroldo Leitão Camargo comenta:

Consequentemente as obras e os monumentos deveriam exprimir e testemunhar o “gênio do povo francês” através do tempo. Os monumentos seriam a materialização da identidade nacional e, por meio deles, os cidadãos se reconheceriam como franceses (CAMARGO, 2002, p. 21).

Com o advento do nacionalismo, emergem também práticas de preservação patrimoniais. Camargo (2002, p. 19) salienta que tais práticas de preservação enquanto políticas de Estado na França serviram de modelo para todo o Ocidente e, inclusive foram utilizados para estruturar a política de preservação patrimonial no Brasil a partir de 1930.

No cenário brasileiro, durante o Governo Vargas (1937-45), a política de proteção do patrimônio histórico nacional é criada com o objetivo de aumentar a identificação da população com o país e consolidar a ideia do patrimônio como símbolo da identidade nacional. Segundo o sociólogo Reinaldo Dias:

O patrimônio histórico selecionado pelas elites, desse modo, cumprirá sua função de fortalecimento de uma ideologia nacionalista implementada pelo Estado Novo, a qual visava associar Getúlio com a personalidade histórica que consolidou a construção do Estado Nacional (DIAS, 2006, p. 142).

Assim, em 13 de janeiro de 1937 é criado o SPHAN<sup>9</sup> - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, “com a finalidade de promover, em todo o país e de modo permanente, o tombamento, a conservação, o enriquecimento e o conhecimento do patrimônio histórico e artístico nacional” (LEI nº 378, DE 13/01/1937). O então Ministro da Educação Gustavo

---

<sup>7</sup> A expressão utilizada remete à invenção de um conjunto de cidadãos que compartilhassem elementos inerentes a uma mesma cultura, “para que pudessem se comunicar entre si, para que tivessem um solo e uma origem supostamente comuns” (FUNARI; PELEGRINI, 2006, p. 15).

<sup>8</sup> Anteriormente à Revolução Francesa, o francês era falado somente pela elite (FUNARI, PELEGRINI, 2006, p. 16).

<sup>9</sup> Em 1946 O SPHAN passa a se denominar Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN). E em 1970, O DPHAN se transforma no atual IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Para maiores informações, acessar: <http://portal.iphan.gov.br/>. Acesso em: 15/04/2018.



Capanema, ao expor os motivos para a criação do SPHAN ao Presidente Getúlio Vargas, ratificou que “montou-se o aparelho de alcance nacional, destinado a exercer ação enérgica e permanente, de modo direto ou indireto, para conservar e enriquecer nosso patrimônio histórico e artístico e ainda para torna-lo conhecido”<sup>10</sup>. Já em 30 de novembro de 1937 é regulamentada, através de Decreto-Lei nº 25, a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Neste Decreto-Lei, em seu capítulo 1, artigo 1º, constituiu-se a definição do patrimônio histórico e artístico nacional, como sendo:

O conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico (DECRETO-LEI Nº 25, DE 30/11/1937).

Por outro lado, o maior destaque ao conceito de patrimônio nacional em nível mundial, é dado no período de 1914 a 1945, período este marcado pelas duas guerras mundiais, que se iniciam impulsionadas pelo nacionalismo, pois “o que se define como patrimônio e identidade pretende ser o reflexo fiel da essência nacional”<sup>11</sup> (CANCLINI, 2003, p. 163). À exemplo, italianos tentavam construir sua identidade através dos patrimônios romanos e na Alemanha nazista, usavam-se as tradições germânicas e gregas para tal construção (FUNARI, PELEGRINI, 2006, p. 20-21).

As guerras, sobretudo a finalizada em 1945, trouxeram através dos conflitos, estragos, destruições e, muitas vezes, levaram ao aniquilamento do patrimônio de bairros e de cidades inteiras. Assim, tiveram relevantes consequências sobre a consciência patrimonial no cenário europeu, bem como sobre os modos de uso, restauração e preservação do patrimônio (POULOT, 2009, p. 30).

Após a Segunda Guerra Mundial é criada a UNESCO<sup>12</sup>, que terá papel fundamental na conservação e proteção do patrimônio cultural universal enquanto gestora dos bens culturais no contexto mundial. Dentre suas contribuições, está a difusão de quatro quesitos a respeito do

---

<sup>10</sup> Anexo VIII da Lei nº 378 de 13/01/1937. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Lei\\_n\\_378\\_de\\_13\\_de\\_janeiro\\_de\\_1937.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Lei_n_378_de_13_de_janeiro_de_1937.pdf). Acesso em: 06/12/2018.

<sup>11</sup> Ainda sobre essa questão, Canclini (2003) afirma que: “Lugares históricos e praças, palácios e igrejas servem de palco para representar o destino nacional, traçado desde a origem dos tempos. Os políticos e os sacerdotes são os atores vicários desse drama” (CANCLINI, 2003, p. 163).

<sup>12</sup> A UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - é uma agência da Organização das Nações Unidas - ONU. Foi criada em 16 de novembro de 1945 com o objetivo de garantir a paz por meio da cooperação intelectual entre as nações acompanhando o desenvolvimento mundial e auxiliando os Estados-Membros na busca de soluções para os problemas que desafiam nossas sociedades (UNESCO, 2018).

patrimônio cultural: trata-se de um recurso de toda humanidade (não mais um bem nacional, concepção esta que era predominante no cenário mundial anteriormente); o patrimônio é um recurso não renovável (introdução da ideia de sustentabilidade); o patrimônio é um bem intocável (deve estar protegido durante e após conflitos bélicos); o patrimônio envolve o ambiente natural (gestão compartilhada patrimônio cultural - natural) (DIAS, 2006, p. 107). Além disso, foram introduzidas gradativamente outras dimensões patrimoniais que contribuíram para a evolução do conceito: patrimônios de valor local, indígenas, mulheres, grupos religiosos, imigrantes, dentre outros.

Para Funari; Pelegrini

Essa multiplicação patrimonial ocorreu em conjunto com a crescente participação das próprias pessoas na gestão dos bens patrimoniais, culturais e ambientais, que deixaram de ser apenas preocupação da administração pública nacional (FUNARI; PELEGRINI, 2006, p. 23).

Embasada nesse contexto de apropriação e engajamento humano nas questões patrimoniais e na preocupação com a degradação ambiental agravado pelo desenvolvimento econômico e social, acontece em Paris no dia 17 de outubro de 1972 a Conferência Geral da UNESCO que teve como documento final a elaboração da Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural. Neste documento, é definida, dentre outros aspectos, a composição do patrimônio cultural e natural da humanidade, atribuído de valor universal e excepcional<sup>13</sup>:

- os monumentos: obras arquitetônicas, esculturas ou pinturas monumentais, objetos ou estruturas arqueológicas, inscrições, grutas;
  - os conjuntos: grupos de construções isoladas ou reunidas;
  - os sítios: obras do homem ou obras conjugadas do homem e da natureza, bem como áreas, que incluem os sítios arqueológicos;
  - os monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por conjuntos de formações;
  - as formações geológicas e fisiográficas, e as zonas estritamente delimitadas que constituam *habitat* de espécies animais e vegetais ameaçadas;
  - os sítios naturais ou as áreas naturais estritamente delimitadas
- (CONVENÇÃO PARA A PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO MUNDIAL, CULTURAL E NATURAL, 1972).

---

<sup>13</sup> Para a UNESCO, “O valor universal excepcional significa uma importância cultural e/ou natural tão relevante que transcende as fronteiras nacionais e reveste-se de caráter inestimável para as gerações atuais e futuras de toda a humanidade. Sendo assim, a proteção permanente deste patrimônio é da maior importância para a comunidade internacional”. Disponível em: <http://www.portopatrimoniomundial.com/>. Acesso em: 15/04/2018.

Hartog (2014) pondera em relação à aplicação da categoria de patrimônio relacionado à natureza “na medida em que representou de início ‘forçá-la’” (HARTOG, 2014, p.196). Para o autor, a noção de patrimônio orienta-se fortemente em direção à cultura, sendo seu fundamento residente na transmissão da mesma. Dessa forma,

O meio ambiente foi qualificado como “patrimônio” a partir do momento em que se tomou consciência de que sua degradação, acidental ou comum (a poluição), temporária ou irreversível, engendrava o problema de sua transmissão (HARTOG, 2014, p. 196).

Nesse sentido, as políticas de preservação irão se voltar à questão da transmissão cultural, considerando-a enquanto compromisso coletivo, destinada a fomentar e fortalecer a pluralidade e da diversidade cultural.

Além dos desafios tradicionais a enfrentar pelas instituições, o fenômeno participa de uma mutação fundamental: verifica-se, a partir da década de 1960, a mudança da definição da cultura que, daí em diante, engloba os mais diversos aspectos das práticas sociais, misturando alta e baixa cultura, de acordo com a afirmação dos sociólogos, no momento em que a paisagem material e imaterial passava por alterações aceleradas (POULOT, 2009, p. 199).

### 1.3. O Brasil no contexto da proteção ao patrimônio cultural

O Brasil também acompanha a inserção da promoção e proteção do patrimônio cultural. Em 1988 é promulgada a Constituição Federal<sup>14</sup>, na qual, pela primeira vez, é estabelecido o conceito de *patrimônio cultural brasileiro*. O documento também incluiu a proteção da cultura imaterial, “suas manifestações populares, indígenas e afro-brasileiras e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional”<sup>15</sup>.

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I - as formas de expressão;
- II - os modos de criar, fazer e viver;
- III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

<sup>14</sup> A Constituição Federal está disponível integralmente no site: <http://www2.planalto.gov.br/acervo/legislação>. Acesso em: 16/04/2018.

<sup>15</sup> Artigo 215, § 1º.

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988, s. p.).

É nesse cenário que se desperta para a importância e se desenvolve a noção de imaterialidade do patrimônio. “Uma paisagem não é apenas um conjunto de árvores, montanhas e riachos, mas sim uma apropriação humana dessa materialidade” (FUNARI; PELEGRINI, 2006, p. 25). Considerando que o patrimônio material é uma produção humana, logo se entende que haverá processos de imaterialidade em tais produções, na medida em que tais processos traduzem símbolos e significados num contexto individual ou coletivo.

Nesse sentido, o Brasil institui, através do Decreto nº 3551, de 4 de agosto de 2000, a proteção ao patrimônio imaterial nacional, por meio do instrumento Registro de bens culturais de natureza imaterial<sup>16</sup>, bem como o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial<sup>17</sup>.

À nível mundial, é realizada em 17 de outubro de 2003 em Paris, a 32ª sessão da UNESCO que produziu o documento *Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial*<sup>18</sup>. Nesta recomendação, o patrimônio cultural imaterial passa a ser entendido e finalmente reconhecido pelas

[...] práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural (CONVENÇÃO PARA A SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL, 2003, p. 1).

A referida recomendação reforça ainda, a importância da transmissão do patrimônio para as futuras gerações, além de salientar que o mesmo é “constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história” (CONVENÇÃO PARA A SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL, 2003, p. 1). Ou seja, o aprofundamento das discussões sobre o patrimônio material levou ao entendimento de se alargar a concepção do conceito e abarcar o patrimônio imaterial.

<sup>16</sup> Para saber mais, consultar:

[http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto\\_n\\_3.551\\_de\\_04\\_de\\_agosto\\_de\\_2000.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto_n_3.551_de_04_de_agosto_de_2000.pdf). Acesso em: 06/12/2018.

<sup>17</sup> Para saber mais, consultar: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/761/>. Acesso em: 06/12/2018.

<sup>18</sup> Disponível na íntegra no site do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>. Acesso em: 18/04/2018.

Percebe-se, assim, que ocorreu no Brasil um amadurecimento e ampliação da noção de patrimônio através das décadas, algo que em sua gênese era reconhecidamente reducionista, ligado principalmente ao âmbito histórico. Porém tal noção, na atualidade, tenta refletir a multiculturalidade brasileira na medida em que insere outras e novas práticas culturais a serem também contempladas no rol de pesquisas acadêmicas e políticas públicas.

Nota-se também, no campo da legislação protetiva do patrimônio cultural, sobretudo referente aos mecanismos de Tombamento e ao Registro, que o Brasil se revela enquanto protagonista, pois enquanto a Unesco discute e institui a proteção do patrimônio imaterial à nível mundial em 2003, o Brasil já o fizera em nossa lei maior, a Constituição Federal de 1988, revelando a importância da discussão de mecanismos de proteção e valorização do patrimônio cultural brasileiro em suas mais diversas perspectivas. Em 2009, Ulpiano Meneses se posicionou sobre as políticas públicas relacionadas ao patrimônio imaterial brasileiro, constatando que “De passagem observo que a política de patrimônio imaterial que o Iphan vem desenvolvendo procura reconhecer que o campo cultural diz respeito à totalidade da vida social, quando diferencialmente qualificada (pelos sentidos, valores)” (MENESES, 2012, p. 29).

Nesse sentido, poderíamos nos questionar: É possível separar ambos, materialidade e imaterialidade? De acordo com as percepções de Gonçalves (2009, p. 30), relacionadas à imaterialidade do patrimônio, a resposta para estes questionamentos é taxativa: certamente não. Para o autor, é justamente

Nessa direção que caminha a noção recente de “patrimônio intangível”, nos recentes discursos brasileiros acerca de patrimônio. [...] De certo modo, essa noção expressa a moderna noção antropológica de cultura. Segundo ela, a ênfase está nas relações sociais ou mesmo nas relações simbólicas, mas não nos objetos e nas técnicas. A categoria “intangibilidade” talvez esteja relacionada a esse caráter desmaterializado que assumiu a referida moderna noção antropológica de cultura (GONÇALVES, 2009, p. 30).

Ulpiano Meneses (2012) também reforça essa discussão da relação materialidade e imaterialidade, concluindo que

[...] o patrimônio cultural tem como suporte, sempre, *vetores materiais*. Isso vale também para o chamado patrimônio imaterial, pois se todo patrimônio material tem uma dimensão imaterial de significado e valor, por sua vez todo patrimônio imaterial tem uma dimensão material que lhe permite realizar-se. As diferenças não são ontológicas, de natureza, mas basicamente operacionais (MENESES, 2012, p. 31, destaques do autor).

Portanto, é importante salientar que os diversos significados e atribuições relacionadas ao patrimônio, sejam eles materiais ou imateriais não se excluem, nem se anulam. Ao contrário, se complementam através de processos permanentes de recriação cultural coletiva que refletem a transformação das sociedades contemporâneas e de suas relações sociais e culturais.

## CAPÍTULO II – A PESQUISA NO ÂMBITO DO PATRIMÔNIO CULTURAL: METODOLOGIA, PERSPECTIVAS E ABORDAGENS

### 2.1. Metodologia de pesquisa com o patrimônio cultural na perspectiva histórica: a importância das fontes

As fontes utilizadas para o patrimônio cultural são uma construção permanente, assim como o próprio conceito o é “quando tomado no sentido de testemunho do passado e acervo a ser identificado, selecionado e preservado, suscite interpretações diversas, passíveis de questionamentos” (MARTINS, 2013, p. 284). Dessa forma, a autora aponta que os lugares de pesquisa para essa temática são os Arquivos (do Poder Executivo, do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, cartoriais, institucionais, eclesiásticos, privados) e os Museus. Quanto às novas fontes, podem ser destacadas as: iconográficas, imprensa periódica, literária, epistolares e audiovisuais (MARTINS, 2013, p. 293-298).

Ressalta-se que as fontes não podem ser analisadas de forma isolada e que cada uma tem uma subjetividade e apresenta características diferentes, isto possibilita a realização do diálogo entre as fontes, o que permite um enriquecimento do texto. O diálogo com diversas fontes é fundamental para o estudo histórico, pois estas podem tanto confirmar quanto contrapor as questões propostas durante a pesquisa (PINTO, 2015, p. 25).

Ao relacionarmos todo esse contexto e inserindo-o à temática patrimonial, percebe-se que o processo de busca e seleção das fontes exige do pesquisador afincamento e dedicação, pois

[...] raramente pode contar com fontes dadas e predeterminadas em função da temática selecionada. Antes, os estudos demandam, na maioria das vezes, a construção de **corpus** documentais específicos, em geral interdisciplinares, que para além de desvendar a **história** do acontecido, do construído e do vivido, permite recuperar ruídos e fragmentos da **memória**, esta em particular, vetora de tantas figurações do passado (MARTINS, 2013, p. 284, destaques da autora).

Nessa perspectiva, Meneses (2009) aponta que trabalhar com o patrimônio cultural é um grande desafio, porém gratificante, na medida em que

[...] a atividade no campo do patrimônio cultural é complexa, delicada e trabalhosa. Exige postura crítica rigorosa. Exige capacidade de ir além de suas próprias preferências pessoais. Mas por isso também é tão fascinante e gratificante,

pois estamos tratando, não de coisas, mas daquela matéria-prima – os significados, os valores, a consciência, as aspirações e desejos – que fazem de nós, precisamente, seres humanos (MENESES, 2009, p. 39).

Ainda recorrendo à Martins (2013) para embasar a importância da seleção das fontes, a autora analisa o trabalho do pesquisador/investigador, quando o mesmo seleciona as fontes históricas a serem utilizadas e trata dos aspectos importantes a serem considerados quando se estuda o patrimônio cultural. Neste mesmo prisma, cita o trabalho do pesquisador como sendo um “[...] trabalho investigativo estimulante, enriquecendo a leitura plural do objeto de estudo, em suas tantas dimensões – material e imaterial” (MARTINS, 2013, p. 284). Dessa forma, acredita-se ser importante verificar além dos aspectos materiais que envolvem o objeto pesquisado, também os elementos imateriais a ele relacionados, ou seja, o objeto relacionado ao patrimônio será, na maioria das vezes, *plural* no sentido de exercer nos indivíduos que o cercam, construções simbólicas, as quais são formadoras de identidade.

Para essa monografia, a metodologia buscará, além do levantamento bibliográfico inicial sobre o tema (na perspectiva do patrimônio cultural, história de Dourados/MS e mais profundamente o objeto de pesquisa em questão), utilizar as fontes documentais (arquivo da Câmara de Vereadores e da Prefeitura Municipal), as fontes da imprensa (jornais – *O Progresso* e *O Douradense*, e as obras memorialísticas. Diante desse contexto, um dos primeiros passos em relação à operação historiográfica<sup>19</sup> diz respeito às fontes, sendo que “a História se utiliza de documentos, transformados em fonte pelo olhar do pesquisador” (PINSKY; LUCA, 2011, p. 7). No campo do patrimônio cultural, essa abordagem é complexa e ampla, podendo abarcar tudo o que for capaz de expressar cultura (PINSKY, LUCA, 2011, p. 7). Assim, entendemos a abrangência desse campo na perspectiva das fontes, pois “o estudo do patrimônio é um campo que, de forma ‘gulosa’, se serve de tudo que estiver disponível - das cartas aos prédios, da literatura a um bairro inteiro - e que for capaz de representar a dinâmica da história” (MARTINS, 2013, p. 281).

## 2.2. As fontes de imprensa: onde buscá-las e como analisá-las

---

<sup>19</sup> Para Michel de Certeau, a história compreende a relação entre o lugar, os procedimentos de análise e a construção de um texto. Ou seja, “se refere à combinação de um *lugar* social, de *práticas* ‘científicas’ e de uma *escrita*” (CERTEAU, 1982, p. 65).



Em relação às fontes de imprensa periódica, encontram-se disponíveis no Centro de Documentação Regional (CDR/FCH/UFGD), na forma digitalizada. Martins (2013) contextualiza esse tipo de fonte com abordagem patrimonial, como sendo

Composta de almanaques, anuários, jornais e revista de época constituiu-se em fonte impressa fundamental para a pesquisa histórica do patrimônio, resultando, inclusive, em fonte e objeto de estudos patrimoniais. [...] A ampliação dos estudos levou ao escrutínio de coleções de jornais e revistas, sobretudo pelo seu potencial de representação de públicos específicos, visões de mundo e valores particulares da ampla segmentação social do país (MARTINS, 2013, p. 296).

Neste caso trabalhou-se com exemplares do jornal *O Progresso* e d'*O Douradense*. Os exemplares do jornal *O Progresso* encontram-se digitalizados no Centro de Documentação Regional (CDR/FCH/UFGD) e estão separados por 1ª fase (diz respeito às publicações de quando o jornal era veiculado em Ponta Porã) e depois por ano (1951-1986, com algumas falhas de veiculação; e 2007-2008)<sup>20</sup>. Nesse sentido, facilmente o material foi gravado para posteriormente ser selecionado e analisado.

Para as fontes de imprensa, também há que se pensar em algumas problemáticas, na perspectiva dos estudos das Ciências Humanas, que influenciarão no processo de análise das mesmas. Cruz; Peixoto (2007), alertam para a utilização dos materiais da imprensa apenas como meras fontes de informação.

Transformar um jornal ou revista em fonte histórica é uma operação de escolha e seleção feita pelo historiador e que supõe seu tratamento teórico e metodológico no decorrer de toda a pesquisa desde a definição do tema à redação do texto final. A Imprensa é linguagem constitutiva e social, detém uma historicidade e peculiaridades próprias, e requer ser trabalhada e compreendida como tal, desvendando, a cada momento, as relações imprensa/sociedade e os movimentos de constituição e instituição do social que esta relação propõe (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 260).

Já o periódico *O Douradense* foi veiculado em Dourados e suas edições foram publicadas entre 11/05/1948 e 01/08/1950, num total de 16 números, dos quais, de acordo com os objetivos da pesquisa, foram utilizados apenas alguns deles. Os exemplares encontram-se disponíveis para consulta no Centro de Documentação Regional (CDR/FCH/UFGD). Armando da Silva Carmello era o proprietário e diretor responsável pelo jornal e que, teve relação com a implantação da Feira Livre de Dourados (objeto da presente pesquisa). Nesse sentido, os

---

<sup>20</sup> O processo de digitalização dessa fonte no CDR encontra-se ativo, dessa forma, é possível que já haja mais exemplares disponíveis para o acesso. Salienta-se também que, a partir do ano 2010, *O Progresso* disponibilizou digitalmente seu acervo através do seu site: [www.progresso.com.br](http://www.progresso.com.br).

discursos da imprensa em Dourados refletem também às questões de relação de poder de determinados grupos sociais. Ou seja,

O modo que o periódico constrói sua perspectiva histórica propõe um diagnóstico da realidade social em um dado processo e conjuntura, como se posiciona no campo da memória social, isto é, de que forma e com que referências articula passado/presente/ futuro. [...] não se esgota nela mesma e requer o diálogo com outras fontes que colocam em cena outros sujeitos ou práticas sociais, outras dimensões daquela temporalidade (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 265; 267).

### **2.3. As fontes oficiais: o cuidado na interpretação dos documentos**

Os documentos oficiais também são importantes fontes no campo da História, sendo fundamental para o pensamento histórico, na medida em que através dessas fontes, estabelecemos uma conexão com o passado, uma interpretação do mesmo. “Fato e documento histórico demonstram nossa visão do passado, num *diálogo* entre a visão contemporânea e as fontes pretéritas” (KARNAL; TATSCH, 2017, p. 13, destaque dos autores). Nessa perspectiva entende-se o documento com uma construção social, fruto do seu tempo, da sociedade como um todo. Alguns questionamentos para os documentos oficiais e que cabem para as demais, são importantes a se sinalizar: Qual a natureza, quem produziu o documento? Por que e para que produziu? A que grupo(s) está vinculado? Qual a intenção ao se produzir esse documento? Quais efeitos e recepção ele teve? Há que se salientar que o documento possui sua historicidade e que essa perspectiva muda dependendo de quem utiliza/analisa essa fonte, pois o mesmo “existe em relação ao meio social que o conserva” (KARNAL; TATSCH, 2017, p. 21).

Bacellar (2008) orienta à imersão nos arquivos, sendo que, de acordo com o tema a ser investigado neste anteprojeto, devem ser: Arquivos do Poder Executivo, Arquivos do Poder Legislativo, Arquivos Privados, lembrando que a maior ou menor importância de cada arquivo será estabelecida pelo historiador a partir de seus interesses e questionamentos. Além disso, o autor aponta a necessidade de se conhecer o “funcionamento da máquina administrativa”, ou seja, a linguagem e os procedimentos que devem ser levados em conta ao pesquisar documentos em arquivos. Ao analisar a fonte documental é necessário que o historiador contextualize a fonte, faça um cruzamento entre as fontes pesquisadas, avalie a qualidade das informações, entenda suas singularidades, tendo sempre um olhar crítico sobre as mesmas (BACELLAR, 2008, p. 23-79).

## 2.4. As fontes memorialísticas: quando a história e a memória se cruzam

Por fim, as fontes relacionadas às produções de memorialistas também foram utilizadas neste trabalho, pois a prática social e cultural relacionada à Feira Livre de Dourados também originou memórias, que foram evidenciadas e descritas através dos autores memorialistas, narrativas de entrevistados (moradores e feirantes<sup>21</sup>) e paralelamente aos documentos oficiais, serviram de base para a abordagem patrimonial da Feira Livre no município.

Porém, ao se analisar o discurso memorialista, deve-se estar ciente de que ele “se faz através da construção da memória. Ao tecer sua teia narrativa, esta enfatiza lugares e aspectos urbanos que melhor possam defini-la como local de progresso e da modernidade” (BREFE, 1993, p. 3). Ana Cláudia Fonseca Brefe ainda explica como se dá a produção da narrativa memorialista.

[...] o memorialista realiza uma crônica biográfica de uma época, de um momento histórico, ou ainda, de uma sociedade qualquer em que a narrativa e a abordagem das temáticas são definidas e centradas em seu próprio ser. É, portanto, através de sua narração que “o autor expõe e comenta fatos e episódios de que ele próprio participou ou dos quais teve conhecimento situacional rico de pormenores<sup>22</sup>” (BREFE, 1993, p. 5).

Nesse sentido, a maior parte da historiografia memorialista referente a Dourados e região trata de assuntos que mostram *partes da história*, exaltando alguns grupos sociais, sobretudo a elite, em detrimento de outros grupos sociais, sobretudo, os pobres e indígenas. Além disso, tais obras exaltam amplamente o *mito do pioneiro*, tão explorado no contexto do sul do Mato Grosso como elemento de formação de identidade local.

De acordo com o modelo recorrente, o pioneiro é um desbravador que, com dedicação e trabalho incansável, transformou uma terra inóspita e “selvagem” numa área habitável e próspera. Depois de cumprida sua missão civilizadora, o pioneiro deixa um legado para a comunidade, um caminho pavimentado no rumo do progresso<sup>23</sup>. O discurso do pioneirismo, relacionado à colonização, é o discurso do

<sup>21</sup> Utilizou-se, para essa monografia, a perspectiva das entrevistas de outros trabalhos já realizados.

<sup>22</sup> Nota da autora: **Enciclopédia Mirador Internacional**. Enciclopédia Britânica do Brasil Publicações Ltda, São Paulo/Rio de Janeiro, 1987, pág. 7463.

<sup>23</sup> Nota dos autores: Ver, por exemplo, o estudo de Andréia de Cássia Heint sobre memória e pioneirismo no Mato Grosso. HEINST, Andréia de Cássia. Memória e pioneirismo: batalha de narrativas em uma área de ocupação

trabalhado imigrante que inaugura um espaço antes “desabitado” e funda ali um núcleo de civilização, ainda que estes espaços sejam habitados por grupos indígenas e populações caboclas (STAROSKI; OLIVEIRA, 2015, p. 20-21).

É importante ressaltar, portanto, que ao analisar esse tipo de fonte, há que se verificar o contexto histórico no qual a obra memorialista foi escrita, seus autores e as intenções da produção.

## **2.5. A importância da memória e da identidade para se compreender o patrimônio cultural**

De acordo com o que já foi mencionado anteriormente, percebe-se a relevância de se pesquisar a memória enquanto elemento para se pensar as questões relacionadas ao patrimônio. A memória pode ser entendida como a capacidade que o ser humano tem de relembrar e conservar experiências e informações relacionadas ao passado, sendo estas, parte de processos de interação de cada indivíduo com seu meio. Assim, a memória também pode ser utilizada para reconstruir os fatos históricos do passado, a partir de resignificações individuais. Neste caso, o monumento pode ser evidenciado enquanto evocação do passado, porém sendo esta ação realizada no presente.

Mas esse passado invocado, convocado, de certa forma encantado, não é um passado qualquer: ele é localizado e selecionado para fins vitais, na medida em que pode, de forma direta, contribuir para manter e preservar a identidade de uma comunidade étnica ou religiosa, nacional, tribal ou familiar (CHOAY, 2006, p. 18).

A partir do início do século XX, sobretudo nas Ciências Humanas, o conceito de memória passou a ser definido como um fenômeno social, na medida em que as relações entre os indivíduos são estabelecidas pelas formas em que os mesmos interagem entre si, através dos aspectos socioculturais, como por exemplo, nos ambientes: familiar, profissional, político, religioso, dentre outros. Tais elementos são fundamentais na construção das memórias e, consequentemente, da história destes indivíduos.

A memória, ao mesmo tempo em que nos modela, é também por nós modelada. Isso resume perfeitamente a dialética da memória e da identidade que se conjugam, se nutrem mutuamente, se apoiam uma na outra para produzir uma trajetória de vida, uma história, um mito, uma narrativa (CANDAU, 2014, p. 16).

Jacques Le Goff (2013) aponta a relação entre memória e história, quando salienta: “como o passado não é a história, mas o seu objeto, também a memória não é a história, mas um dos seus objetos e, simultaneamente, um nível elementar de elaboração histórica” (LE GOFF, 2013, p.51). Para Nora, “a memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história uma representação do passado” (NORA, 1993, p. 9). O autor ainda complementa:

O que nós chamamos de memória é, de fato, a constituição gigantesca e vertiginosa do estoque material daquilo que nos é impossível lembrar, repertório insondável daquilo que poderíamos ter necessidade de nos lembrar. [...] À medida que desaparece a memória tradicional, nós nos sentimos obrigados a acumular religiosamente vestígios, testemunhos, documentos, imagens, discursos, sinais visíveis do que foi, como se esse dossiê cada vez mais prolífero devesse se tornar prova em não se sabe que tribunal da história (NORA, 1993, p. 15).

Maurice Halbwachs (2003), em seu livro *A memória coletiva*, discorre no primeiro capítulo sobre as duas principais categorias da memória: a memória individual - “O primeiro testemunho a que podemos recorrer será sempre o nosso” (p. 29) e a memória coletiva - “É como se estivéssemos diante de muitos testemunhos” (p. 30). Diante da perspectiva que o indivíduo nunca está sozinho, mesmo os acontecimentos vividos solitariamente são percebidos enquanto lembranças que permanecem coletivas, ou seja, para o autor, a memória individual é construída a partir da memória coletiva. O autor ainda enfatiza que para se rememorar uma lembrança ou confirmá-la não se fazem necessários testemunhos “no sentido literal da palavra, ou seja, indivíduos presentes sob uma forma material” (HALBWACHS, 2003, p. 31-32). Portanto, um lugar de memória não seria somente um lugar “digno de lembrança” (GONÇALVES, 2012, p. 32).

Pollak (1992) destaca como característica da memória, tanto individual quanto coletiva, o caráter mutante. Tais elementos mutáveis são, sobretudo, episódios vividos pessoalmente ou pelo o grupo no qual a pessoa se relaciona. A memória também pode sofrer flutuações, dependendo do momento em que ela está sendo abordada. O autor analisa ainda, os elementos constitutivos da memória e ordena-os em: acontecimentos, pessoas e lugares. Os acontecimentos podem ser vividos pessoalmente ou acontecimentos vividos *por tabela* (vividos em coletividade); as pessoas podem ser categorizadas por personagens encontradas durante a vida e também vividas indiretamente, ou *por tabela*. Por fim, os lugares da memória, lugares

de comemoração, que ficaram marcados na memória pública do indivíduo, os vestígios datados da memória. “Esses três critérios, conhecidos direta ou indiretamente, podem obviamente dizer respeito a acontecimentos, personagens e lugares reais, empiricamente fundados em fatos concretos. Mas pode se tratar também da projeção de outros eventos” e da percepção de si e dos outros (POLLAK, 1992, p. 3).

Nesta perspectiva, pode-se afirmar que a memória, por conservar certas informações, contribui para que o passado não seja totalmente esquecido, pois ela acaba por capacitar o homem a atualizar impressões ou informações passadas, fazendo com que a história se eternize na consciência humana (LE GOFF, 2013, p. 387). Pesavento (2008) introduz esse sentido no campo de pesquisa das cidades quando afirma que “uma cidade possui seus mitos, suas lendas, suas histórias extraordinárias, transmitidas de boca em boca, de geração em geração, através da oralidade” (PESAVENTO, 2008, p. 7). Assim, a memória também pode ser utilizada para reconstruir os fatos históricos do passado, a partir de ressignificações individuais. Neste caso, o patrimônio pode ser evidenciado enquanto evocação do passado, porém sendo esta ação realizada no presente. Nessa perspectiva, a ressignificação da memória é constante. Santos (2003), ao estudar os nordestinos em Dourados, abordou através de suas fontes, algumas memórias relativas à feira. Sua interlocutora, Dona Lindalva, que chegou a Dourados em 1960, assim diz sobre o trabalho na feira.

De carroceira pra cima eu fui. Aí eu vim lá pra rua Cuiabá fiquei nove anos lá com o bolichinho, só podia tocá bolicho (é uma mercearia de bairro que vende produtos como arroz, feijão, açúcar, óleo e outros gêneros alimentícios e de limpeza) porque outra coisa eu não podia fazê né... trabalhava na feira quando era no meio da semana quando chegava da feira no domingo já vinha com treis, cinco encomenda de pó-de-serra naquele tempo não tinha fogão a gás, [...] tinha dez metro de barraca coberto na feira (*apud* SANTOS, 2003, p. 98).

Outro ponto fundamental a ser observado é a percepção de Pierre Nora a respeito das dimensões do *lugar de memória*, sobretudo da relação da simbologia, exercida pelo caráter imaterial da memória. Nesse sentido, Gonçalves (2012, p. 34), reafirma a proposta do autor:

O lugar da memória supõe, para início de jogo, a justaposição de duas ordens de realidades: uma realidade tangível e apreensível, às vezes material, às vezes menos, inscrita no espaço, no tempo, na linguagem, na tradição, e uma realidade puramente simbólica, portadora de uma história. A noção é feita para englobar ao mesmo tempo os objetos físicos e os objetos simbólicos, com base em que eles tenham ‘qualquer coisa’ em comum. [...] Lugar de memória então: toda unidade significativa, de ordem material ou ideal, que a vontade dos homens ou o trabalho do tempo converteu em um elemento simbólico do patrimônio memorial de uma comunidade qualquer (NORA, 1997, v.2: 2226 *apud* GONÇALVES, 2012, p. 34, grifos da autora).

Nesse sentido, diante do contexto da importância da memória e pensando nos desdobramentos que a mesma acarreta, no sentido de “demarcar” lugares simbólicos vinculados às práticas sociais de modo a dar sentido e significado para as comunidades locais, automaticamente penso no objeto dessa pesquisa. Acredito que, no campo do imaginário, o espaço da feira livre de Dourados ainda está vinculada à Rua Cuiabá, apesar de atualmente estar funcionando no Jardim São Pedro. Tanto é que muitas pessoas ainda reportam-se à feira (mesmo tendo mudado de local em 2016), como *Feira da Cuiabá*.

Essa também é a feira das minhas memórias. É a feira onde, durante a minha infância na década de 1980, eu ia quase todo domingo de manhã, geralmente de mão dada com minha vó, que desde a década de 1960 mora na Rua Montese, subesquina com a Rua Cuiabá, comprar batata, cenoura, chuchu, tomate e ovos para fazermos a maionese do almoço da família. É a feira onde sábado à tarde meu pai me levava para comer pastel de queijo e tomar garapa. É a feira onde a gente passeava nos finais de semana sentindo o cheiro do café moído na hora, ouvindo as barganhas entre freguês e feirante, enquanto saboreava uma pipoca ou um *churros* ou ainda brincava com algum palhaço. É a feira que, mais tarde no final da década de 1990 e início da década de 2000 eu e meus amigos frequentávamos durante a madrugada de sábado pra domingo, depois das festas, para comermos um frango assado e depois ir pra casa dormir. E essas memórias, que são minhas, mas que podem ser de outros frequentadores e, de algum modo se constituem em memórias coletivas, são importantes para mim nessa pesquisa.

Essas memórias vividas e construídas, também são fundamentais para entendermos os diversos *olhares* sobre a Feira Livre de Dourados enquanto patrimônio cultural, na perspectiva de sua imaterialidade e de sua preservação.

Por fim, reitera-se a importância de se entender a Feira Livre de Dourados pensando também a cidade e os atores sociais a ela ligados. Nesse sentido, pensar a historicidade e as problemáticas envolvidas neste patrimônio cultural é entender também que “personagens e acontecimentos são sucessivamente reavaliados para ceder espaços a novas interpretações e configurações, dando voz e visibilidade a atores e lugares” (PESAVENTO, 2007, p. 17). Analisar o que são e a forma como os moradores entendem seu patrimônio é fundamental, pois

O patrimônio cultural - ou seja, o que um conjunto social considera como cultura própria, que sustenta sua identidade e o diferencia de outros grupos - não abarca apenas os monumentos históricos, o desenho urbanístico e outros bens físicos; a experiência vivida também se condensa em linguagens, conhecimentos, tradições imateriais, modos de usar os bens e os espaços físicos (CANCLINI, 1994, p. 99).

Acredito que tais elementos estão entrelaçados, sobrevivem juntos ao longo do tempo, sendo que aos sujeitos sociais é dada a voz através da ação da memória que, por sua vez, configura-se em fonte para o historiador.



### CAPÍTULO III – FEIRAS ENQUANTO PATRIMÔNIO CULTURAL: HISTÓRIA E CULTURA BRASILEIRA

#### 3.1. Surgimento das feiras: aspectos históricos, culturais e suas representações

Feiras são temas e objetos de interesses diversos e, na perspectiva cultural e histórica, atraem pesquisadores das mais variadas áreas, como por exemplo: arquitetura, agronomia, sociologia, economia, geografia, além de fotógrafos e artistas. Dessa forma, entende-se que as feiras explicitam as inúmeras possibilidades de se revelarem os costumes de uma comunidade num determinado tempo e, além disso, relaciona-se, enquanto objeto de relações comerciais, ao escambo (SATO, 2006 *apud* CALADO, 2013, p. 21).

Segundo os autores pesquisados, as primeiras referências às feiras aparecem em meio ao comércio e às festividades religiosas. A própria palavra latina *feria*, que deu origem à feira portuguesa, significa dia santo, feriado (GUIMARÃES, 2010, p. 5). A relação entre a religiosidade e as feiras é apontada por Veloso; Madeira (2007).

Possuíam periodicidade variável, ocorrendo muitas vezes no adro ou no entorno das próprias igrejas. Há, por exemplo, referência a uma feira quinzenal, na cidade de Ponte de Lima, em Portugal, sancionada pela rainha Tereza, em 1125. Estas feiras perpetuaram-se pelos séculos seguintes, principalmente as chamadas feiras novas, com duração de quatro dias, vinculadas às festas religiosas (VELOSO; MADEIRA, 2007, p. 17).

Enquanto instituição, as feiras surgem na Idade Média com a expansão do comércio e do crescimento dos excedentes agrícolas, com a finalidade de abastecimento local. Aos poucos foram se constituindo em uma forma de comércio de caráter fixo, na medida em que as dificuldades relacionadas aos transportes de produtos, bem como a procura pouco acentuada por mercadorias em comércios permanentes favoreciam a realização das mesmas (ARAÚJO, 2011, p. 63).

Na Idade Média, o que se denominava como feiras eram as grandes reuniões de comerciantes de várias regiões da Europa, que comercializavam os mais diversos produtos. Havia também o uso das portas e janelas das casas para a realização do pequeno comércio, e cada rua ou viela se transformava, em alguns dias da semana, em feira ou mercado. Famoso na Paris Medieval, o Mercado Les Halles concentrava pessoas de vários ofícios e atendia somente às quartas e sextas-feiras e aos sábados (AUTRAND, 2004, p. 35 *apud* CALADO, 2013, p. 22).



Figura 1 – Representação imagética de uma Feira Medieval.

Fonte: <https://entendendoahistoriablog.wordpress.com/2016/02/12/idade-media/>. Acesso em: 06/12/2018.

No Brasil Colonial as feiras surgem por conta de um maior desenvolvimento demográfico e maior diversidade econômica da colônia. Dessa forma, foram criados “lugares de troca de mercadorias, institucionalizados não só pela sua periodicidade mas também pelo apoio administrativo das autoridades” (ARAÚJO, 2011, p. 65).

A primeira referência das feiras no Brasil data de 1548, quando o Rei D. João III na tentativa de evitar que os colonos se dirigissem às aldeias, ordenou que se fizesse um dia de feira para que os gentios viessem à cidade comercializar seus produtos e comprar o que necessitassem. Partindo do princípio que os mesmos já estavam acostumados a reunir seus artigos de troca na praia para a posterior negociação, estas feiras acabaram por não se realizar. Por este motivo não se realizaram feiras na colônia durante os séculos XVI e XVII, não sendo registrados qualquer ocorrência das mesmas nos documentos oficiais ou relatos de viajantes. [...] A partir do século XVII, surgem com mais intensidade as feiras de gado, que abasteciam as cidades com seus produtos. O gado era trazido da zona rural onde era engordado e para a futura comercialização nas cidades, destacando-se que: no Brasil havia, por esta época, dois tipos de feira. A Feira de Mercado, realizada aos sábados para o abastecimento alimentar da população da cidade e das redondezas e a Feira Franca, realizada anual ou bi-anualmente destinada à comercialização dos bens regionais como gado e por isto atraíam grande número de compradores e vendedores das mais distantes regiões. (TREVISAN, 2008, p. 46).

Com o passar do tempo, as feiras urbanas, ou Feiras de Mercado, instalam-se nas ruas com o objetivo de abastecer os habitantes das cidades em suas necessidades básicas de alimentação. Dessa forma, pode-se notar que a relação das feiras com as cidades torna-se cada vez mais próxima, na medida em que, além de fornecer a alimentação, ganham novos usos e

formas, constituindo-se também, em locais de lazer e interação social (TREVISAN, 2008). Lenita Calado (2013) faz alguns apontamentos sobre a presença das feiras enquanto objeto de estudo na História:

A existência das feiras enquanto evento reconhecidamente histórico figura entre os objetos ocultos da historiografia, ou seja, que não são utilizados como forte registro do passado. Representam parte da história de uma sociedade, mas ao mesmo tempo, não são encaradas como transmissoras de informações sobre períodos dessa sociedade. [...] Muito do que se sabe sobre as feiras está ligado a uma análise econômica de um período, ou é uma observação quantitativa sobre um dado momento. As feiras são citadas, a partir do século XVII, em relatos de viajantes, em contabilidade das vendas, em processos criminais, em planos urbanísticos, mas sempre como cenário. Os documentos indicam o evento e o espaço das feiras, mas elas não são colocadas como objetos para o estudo do momento histórico (CALADO, 2013, p. 23).

Além disso, nota-se algumas representações do imaginário social relacionadas às feiras, ao longo do tempo, como lugares “perigosos”. Vemos isso quando Araujo (2011), ao analisar em sua tese as feiras do Brasil e de Portugal, aponta que

[...] a feira é considerada espaço de ‘pobre e de sujeira’, o qual, desde sua formação, sempre foi visto como ‘[...] lugar de marginais, de prostitutas, de jogadores, saltimbancos, ladrões e mendigos’. Entretanto, contrariando essa concepção preconceituosa, nos dois lados do Atlântico, desde os primórdios, foi montada uma estrutura administrativa no entorno das feiras como forma de controle e lucro por parte do Estado, o que evidencia a importância que tais instituições sempre tiveram (ARAÚJO, 2011, p. 30).

Calado (2013) ao analisar as percepções de Barreiro (2002) sobre as feiras corrobora essa afirmação, como podemos perceber no trecho abaixo:

As feiras foram vistas como locais de aglomeração de pessoas, por isso, principalmente no final do século XIX e começo do século XX, quando a “ordem e o progresso” tornaram-se forças vitais na sociedade, transformando os espaços e as relações, as feiras passaram a ser consideradas como ambientes propícios para brigas e tumultos. [...] As feiras em dias santos compunha também o quadro de diversificação e assistemática que caracterizava os afazeres da vida cotidiana das classes subalternas. Esse tipo de pequeno comércio realizava-se em clima de movimento e muito ruído, transformando-se, não raro, em ambiente propício para realização de assassinatos e espancamentos. Embora houvesse proibição oficial, os vendedores e compradores compareciam às feiras invariavelmente armados. [...] Os habitantes do interior, por sua vez, ali apareciam para se proverem de determinados produtos que satisfizessem algumas necessidades e vender seus excedentes [...] (BARREIRO, 2002, p. 37 *apud* CALADO, 2013, p. 38-39).

Ou seja, ao verificarmos as constatações de Araújo (2011), Calado (2013) e Barreiro (2002), podemos perceber que, apesar das representações negativas relacionadas às feiras, as

mesmas sempre tiveram papel fundamental na movimentação econômica das cidades e, de certa forma, atendiam aos interesses de controle do poder público perante aos comerciantes e usuários desses espaços e serviços.

Por outro lado, e sobretudo na contemporaneidade, as feiras também podem ser vistas como espaços que são repletos de significados, de sentidos. Dessa forma, as cidades se tornam locais para que as feiras manifestem, por meio dos indivíduos que nela habitam, as expressões de suas identidades, de suas representações e do seu patrimônio cultural. Contribuindo com a questão dos sentidos e significados, Pesavento (2007) aborda em seu texto “Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias” as representações que o historiador busca recuperar. Para a autora,

A cidade sensível é aquela responsável pela atribuição de sentidos e significados ao espaço e ao tempo que se realizam *na e por causa* da cidade. É por esse processo mental de abordagem que o espaço se transforma em *lugar*, ou seja, portador de um significado e de uma memória; [...] que criamos as categorias de *cidadão* e de *excluído* para expressar as diferenças visíveis e perceptíveis no contexto urbano fazendo com que se criem novas identidades a partir do gesto, do olhar e da palavra que qualifica; que falamos de *progresso* ou de *atraso*, que distinguimos o *velho* do *antigo*; que construímos a noção de *patrimônio* e instauramos ações de preservação [...] (PESAVENTO, 2007, p. 15, destaques da autora).

Araujo (2011) também contribui na discussão para que possamos entender a relação das feiras como o patrimônio cultural. A autora entende que as feiras

São lugares privilegiados, em que se desenvolve uma série de sociabilidades. São, muitas vezes, pontos de encontro tradicionais de amigos ou de simples conhecidos, loci escolhidos para os mais variados atos da vida social e mantêm, assim, um sentido de permanência e de identidade (ARAUJO, 2011, p. 90).

Esse sentido de permanência e identidade é expresso em várias feiras distribuídas pelo Brasil. Veloso; Madeira (2007) em seu estudo sobre as Feiras permanentes de Brasília/DF, aponta os aspectos dinâmicos da feira em termos sociais e culturais, configurados em locais de diversos tipos de trocas, e que aglutinam a noção e a expressão do pertencimento. Vejamos:

A feira desponta assim como um laboratório vivo, evidenciando como a cultura tradicional se mantém, se modifica e se transmite de forma dinâmica, em um contexto urbano. A feira instaura um lugar em que formas horizontais de sociabilidade e de solidariedades são possíveis. Espaço público, isto é, uma construção social, lugar em que os indivíduos transformam-se em sujeitos capazes de exercer sua palavra, lugar que incita a interação, por meio de associações, redes de parentesco, vizinhança ou de profissionais. É ainda como espaço público construído pela experiência dos próprios feirantes que a feira ganha significado como lugar de trocas, que dota de um sentido de pertencimento uma comunidade específica, os feirantes, que participou

ativamente da história de construção de cada feira (VELOSO; MADEIRA, 2007, p. 10-11).

Essa confluência de saberes e fazeres, práticas sociais e culturais, sentido de pertencimento são evidenciados em várias feiras brasileiras. Nesses espaços é possível conhecer um pouco mais sobre a cultura e a história local. Calado (2013) elenca alguns desses locais, enfatizando que

Algumas feiras brasileiras são reconhecidas, pontos obrigatórios para quem quer conhecer certas cidades e seus habitantes<sup>24</sup>. São exemplos: a Feira de São Joaquim, em Salvador, BA; a Feira do Rato, em Maceió, AL; A Feira de São Cristóvão, no Rio de Janeiro, RJ; A Feira da Epatur, em Porto Alegre, RS; A Feira do Guará, em Brasília, DF; A Feira de Caruaru e da Sulanca em Caruaru, PE; e tantas mais em todo país (CALADO, 2013, p. 23).

### **3.2. A Feira de Caruaru/PE e a Feira de Campina Grande/PB: patrimônios culturais imateriais do Brasil**

Como exemplo, a história de formação da Feira de Caruaru<sup>25</sup> se confunde com a própria história do município, localizado em Pernambuco. Veloso; Madeira (2007) nos mostram essa contextualização histórica, além da diversidade cultural presente nessa feira que a elevaram à categoria de patrimônio cultural imaterial brasileiro em 2006.

A Feira de Caruaru condensa muitos sentidos. Ela é uma das mais antigas e talvez a maior de todas no Brasil – mais de um milhão de pessoas circulam ali por ano –, celeiro da cultura popular, tendo no cordel, na xilogravura e na cerâmica imaginária alguns dos pontos mais evidentes de seu interesse para o patrimônio nacional. A feira e a cidade nasceram juntas, sendo impossível dissociar suas histórias – desde o século XVII, no adro de uma capela dedicada a Nossa Senhora da Conceição, em uma sesmaria doada a José Rodrigues de Jesus, fazenda onde surgiu essa feira livre. Por situar-se na rota do gado, a ser comercializado entre o sertão e o litoral, teve grande importância como mediadora de duas tradições que ali se encontravam. Com o tempo, tornou-se um lugar de referência e de divulgação da cultura popular, evidenciando a diversidade de um saber tradicional que aparecia sob forma de literatura, objetos, artesanatos de barro, couro, madeira, além dos produtos rurais tradicionalmente comercializados em uma feira. Ainda hoje, se dão práticas sociais “artesanais” na Feira de Caruaru, como o escambo – em que bens são trocados

<sup>24</sup> “No Brasil, algumas cidades surgiram de feiras, como Caruaru, em Pernambuco, Campina Grande, na Paraíba, ou Feira de Sant’Anna, na Bahia” (VELOSO; MADEIRA, 2007, p.19).

<sup>25</sup> A feira tem o nome de Onildo Almeida, que foi o compositor de “Feira de Caruaru“, música gravada por Luiz Gonzaga em 1957. Fonte: <https://oreversodomundo.com/2015/10/06/na-feira-de-caruaru/>. Acesso em: 07/12/2018.

por bens – ou a transmissão oral de saberes tradicionais, lugar de divulgação do cordel e outras formas poéticas, espaço de guarda de conhecimentos sobre os usos medicinais e culinários das ervas, sementes e raízes. Expressão de toda a civilização do couro que se formou na região do Agreste nordestino, a Feira de Caruaru – com a riqueza de seu artesanato, seus produtos, seus sabores – transformou-se, em 2006, em Patrimônio Imaterial, assim classificado pelo Iphan. (VELOSO; MADEIRA, 2007, p. 20-21).



Figura 2 – Feira de Caruaru/PE

Fonte: <https://oreversodomundo.com/2015/10/06/na-feira-de-caruaru/>. Acesso em: 07/12/2018.

O Iphan, justificando o registro como patrimônio cultural imaterial brasileiro, e apresentando a preocupação com a preservação do patrimônio em questão, aponta que a Feira de Caruaru é um

Lugar de socialização, de permanente construção de identidades e de exposição da criatividade popular, tanto em seus aspectos tradicionais como em sua capacidade de recriação, invenção e inovação, a Feira de Caruaru são muitas feiras, que podem se transformar ou desaparecer em função das transformações da própria sociedade e da própria cultura. É um lugar de referência viva da história e da cultura do agreste pernambucano, e, de modo mais geral, da cultura nordestina. Sem a dinâmica e o mercado da feira, esses saberes e fazeres teriam desaparecido. [...] é um lugar de memória e de continuidade de saberes, fazeres, produtos e expressões artísticas tradicionais que continuam vivos no comércio de gado e dos produtos de couro, nos brinquedos reciclados, nas figuras de barro inventadas por Mestre Vitalino, nas redes de tear, nos utensílios de flandres, no cordel, nas gomas e farinhas de mandioca, nas ervas e raízes medicinais. Sem a dinâmica e o mercado da feira, esses saberes e fazeres teriam desaparecido (IPHAN, 2018).





Figura 3 – Artesanato da Feira de Caruaru/PE

Fonte: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/61>. Acesso em: 07/12/2018.

Além da Feira de Caruaru, o Brasil possui outra feira que recebeu o título de patrimônio cultural em 2017 – A Feira de Campina Grande na Paraíba, chamada de “Feira das Feiras”. De acordo com o Dossiê de registro da Feira de Campina Grande:

Atualmente, A Feira de Campina Grande é uma das maiores e mais intensas praças comerciais livres (“no meio das ruas”) presentes no território brasileiro. Apresenta forte relação com o espaço urbano em que se insere, estando no mesmo local há sete décadas, preenchendo um espaço de aproximadamente setenta e cinco mil metros quadrados, com ocupação intensificada e ampliada nos “dias de feira”. [...] Funciona todos os dias da semana, exceto aos domingos, período reservado para as atividades de outra feira, no bairro da Prata. A partir de quarta-feira o movimento de pessoas e mercadorias passa a ser mais intenso, tendo o ápice de multidão aos sábados (IPHAN, 2017).



Figura 4 – Feira de Campina Grande/PB.

Fonte: [http://www.cultura.gov.br/noticias-destaques/-/asset\\_publisher/OiKX3xIR9iTn/content/id/1501305](http://www.cultura.gov.br/noticias-destaques/-/asset_publisher/OiKX3xIR9iTn/content/id/1501305).

Acesso em: 07/12/2018.

As mercadorias, os personagens, as vivências e as práticas somam-se e articulam-se na perspectiva do espaço na cidade. A diversidade e a variedade das expressões culturais é, dessa forma, exemplificada.

De segunda a sábado, o movimento caótico de pessoas e mercadorias atrai pelo tamanho, relevância e diversidade. É por isso que se diz que tudo o que se procura é possível encontrar na Feira: frutas, hortaliças, cereais, ervas, carnes, animais (vivos ou abatidos), roupas, flores, doces, artesanato, acessórios para pecuária, comida regional e serviços. Diversos personagens dão vida ao lugar. Eles são os seleiros, mangaieiros, flandreiros, barbeiros, balaieiros, raizeiros, fateiros – e tantos outros mestres, com seus saberes e ofícios tradicionais (IPHAN, 2018).



Figura 5 – Produção da Feira de Campina Grande/PB.

Fonte: [http://www.cultura.gov.br/noticias-destaques/-/asset\\_publisher/OiKX3xIR9iTn/content/id/1501305](http://www.cultura.gov.br/noticias-destaques/-/asset_publisher/OiKX3xIR9iTn/content/id/1501305).

Acesso em: 07/12/2018.

### 3.3. A proteção cultural das feiras no Brasil: o instrumento Registro e o Livro dos Lugares

Alguns pontos relevantes a serem explorados dizem respeito ao instrumento e a categoria de preservação à nível nacional, as quais as duas feiras estão vinculadas. O Registro é o instrumento de proteção associado aos bens culturais de natureza imaterial, instituído no Brasil através do Decreto nº 3551 de 4 de agosto de 2000. Segundo o IPHAN,

O registro é um instrumento legal de preservação, reconhecimento e valorização do patrimônio imaterial do Brasil, composto por bens que contribuíram para a formação da sociedade brasileira. Esse instrumento é aplicado àqueles bens que obedecem às categorias estabelecidas pelo Decreto: celebrações, lugares, formas de expressão e saberes, ou seja, as práticas, representações, expressões, lugares, conhecimentos e técnicas que os grupos sociais reconhecem como parte integrante do seu patrimônio cultural (IPHAN, 2018).



Dessa forma, quando os bens culturais são registrados, recebem o título de patrimônio cultural imaterial brasileiro, sendo inscritos em um dos quatro Livros de Registro, à saber: Livro de Registro das Celebrações, Livro de Registro das Formas de Expressão, Livro de Registro dos Saberes e Livro de Registro dos Lugares, sendo este o livro em que as feiras são registradas. A explicação para tal categorização é feita pelo IPHAN:

Livro de Registro dos Lugares - Nele são inscritos os mercados, feiras, santuários e praças onde se concentram e/ou se reproduzem práticas culturais coletivas. Os Lugares são aqueles que possuem sentido cultural diferenciado para a população local, onde são realizadas práticas e atividades de naturezas variadas, tanto cotidianas quanto excepcionais, tanto vernáculas quanto oficiais. Podem ser conceituados como lugares focais da vida social de uma localidade, cujos atributos são reconhecidos e tematizados em representações simbólicas e narrativas, participando da construção dos sentidos de pertencimento, memória e identidade dos grupos sociais (IPHAN, 2018).

No Dossiê do Inventário da Feira de Caruaru encontramos a justificativa para o registro do bem cultural imaterial, na perspectiva dos diversos elementos verificados e vivenciados através desse patrimônio cultural.

Não são os patrimônios vivos: artesãos, raizeiros e médicos populares; não é a conjunção da medicina popular com a religião; não são as Localidades em que se dividiu o espaço a ser inventariado: o Alto do Moura e o Perímetro Urbano, mas sim a relação de todos eles e de tudo isso com a Feira, que deve ser objeto de registro: seja a permanência de elementos de nossa cultura tradicional, que o tempo não apagou; seja a continuidade expressa em muitas ocasiões, em conservar a memória viva de práticas socioeconômicas e culturais que fazem parte de nossa formação como povo e como sociedade; sejam as redes de sociabilidade ensejadas por estas práticas, vivenciadas na Feira e a partir da Feira (IPHAN, 2006).

Nesse sentido, o lugar vinculado à feira é extremamente importante para a manutenção cultural do bem registrado. O lugar é carregado de simbologia, bem como é expressado através do que vemos, da localização espacial vinculada ao patrimônio cultural.

Lugares são, portanto, os espaços geográficos que conferem sentido; que possuem um valor agregado simbólico, por fatores ligados à história da sociedade, às suas origens, à sua formação, que lhe são anexos. É o território, a casa, a cidade onde se nasceu, cresceu, se amou, enfim, onde se vivenciaram experiências marcantes, cultivadas na memória. Por isto, os lugares são como que extensões da alma; são carregados de sentimentos de pertença (“este chão é nosso!”, “aqui é o meu lugar!”) (IPHAN, 2006).

Ou seja, materialidade e imaterialidade se relacionam, se entrecruzam e se desdobram na expressão e na legitimação do patrimônio cultural imaterial. É importante estarmos atentos

à essas nuances, bem como na complexidade tão presente em nossa multiculturalidade brasileira.

## CAPÍTULO IV – FEIRA LIVRE DE DOURADOS/MS: ASPECTOS HISTÓRICOS E A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

### 4.1. Buscando na história da cidade os elementos para a compreensão do patrimônio cultural

O contexto histórico do povoamento não índio<sup>26</sup> no extremo sul do Mato Grosso foi marcado por alguns processos migratórios os quais originaram, mais tarde, o município de Dourados. A ocupação e o povoamento da região iniciaram-se no final do século XIX e início do século XX com a chegada dos primeiros migrantes vindos, sobretudo, dos estados de Minas Gerais, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul. Tais migrantes, ao adentrarem a região, tinham como intenção principal iniciar uma “nova vida” com o trabalho na terra, pois o extremo sul do antigo Mato Grosso representava naquele momento um “lugar onde as terras mais recompensassem aos trabalhos da lavoura” (*O Douradense*, 02/12/1948, p. 1).

Mais tarde, com o advento da Marcha para o Oeste<sup>27</sup>, o então sul do estado do Mato Grosso passou por transformações sociais, econômicas e paralelamente, transformações culturais, devido ao intenso processo de povoamento e ocupação ocorrido na região no final da década de 1940, cujos desdobramentos têm relação direta com o objeto a ser pesquisado. Neste contexto, foi criada, em 1943, a Colônia Agrícola Nacional de Dourados – CAND, cuja efetivação iniciou-se em 1948, recebendo migrantes procedentes de várias partes do Brasil. Em relação ao processo de migração, Ponciano (2006) constata que na verdade, ocorreu

[...] uma verdadeira avalanche de migrantes chegando à CAND e estas famílias que iam chegando, em condições precárias, posto que eram em sua maioria,

---

<sup>26</sup> Os índios das etnias Guarani Kaiowá e Terena que aqui vivem também são entendidos nesta pesquisa enquanto produtores de patrimônio cultural, porém são marginalizados desse processo e/ou não aparecem nos relatos memorialísticos. Tais relatos esquecem ou não pontuam uma população que muito contribuiu e ainda contribui com representações religiosas, porém de outra perspectiva cultural. Sabe-se que se trata de um grupo social historicamente invisibilizado, muitas vezes excluído da cena cultural local, dentre outras problemáticas envolvidas, sobretudo no âmbito político e econômico. Contudo, o que não podemos negar e tentar apagar da memória é o fato de que são sujeitos que fazem parte do contexto histórico e identitário da região de Dourados e que somam-se aos vários elementos e sujeitos da nossa culturalidade plural

<sup>27</sup> Trata-se de uma política administrativa do governo Getúlio Vargas que visava intensificar o povoamento da região Centro Oeste. Tal política exerceu influência direta para que ocorresse uma onda de migração de várias regiões do país para o sul de Mato Grosso (SANTOS, 2007, p. 19). Tinha como objetivo promover a ocupação dos espaços considerados *vazios*. Além disso, era “revestida de grande aparato propagandístico, apresentava ao povo brasileiro a colonização como chave para o desenvolvimento econômico e a conquista total do território” (SANTOS, 2007, p. 23).

famílias pobres e excluídas do sistema político-econômico que se implantava nos grandes centros do Brasil, como o Rio de Janeiro e São Paulo, eram orientadas a estabelecer-se, provisoriamente, em terrenos da administração da Colônia, no local onde se situa atualmente Vila São Pedro, distrito de Dourados, localizada na saída para Rio Brilhante [...] (PONCIANO, 2006, p. 94).

Nesse sentido, após a iniciativa do governo federal, outras colônias agrícolas também são fundadas a nível estadual e municipal e, dentre elas, a Colônia Agrícola Municipal de Dourados – CMD. A CMD foi implantada pelo município de Dourados, no final do Estado Novo (1937-1945), no território que atualmente corresponde a uma parte do município de Itaporã (CARLI, 2008, p. 21).

Marin (2011) apresenta os dados relacionados ao crescimento demográfico que o processo migratório propiciou com a criação das colônias agrícolas, afirmando que

De acordo com os dados oficiais, até 1972, 16 colônias teriam sido fundadas no sul do antigo estado do Mato Grosso. A Colônia Agrícola Federal de Dourados tinha recebido, até 1960, aproximadamente 9.232 famílias. A população urbana e rural do município de Dourados passou de 84.955 habitantes, em 1960, para 148.980 em 1968, e 174.668 em 1970 (MARIN, 2011, p. 132).

Com a chegada dos migrantes, o processo de variedade e complexidade social e cultural em Dourados ficou ainda mais acentuado e, segundo Amaral (2005),

O universo existente apresentava dimensões multiculturais e translocais que apreendiam uma dinâmica de integração de sociedades distintas, marcadas pela multiplicidade e, ao mesmo tempo de comunicação e de separação em diversos mundos, como um mosaico de diversas linguagens (AMARAL, 2005, p. 38).

A CAND possuía grande capacidade produtiva, a qual era destinada ao abastecimento da região Sudeste, como também parte da produção era comercializada nos arredores de Dourados, além de servir à subsistência dos colonos. Dentre os gêneros agrícolas produzidos, destacavam-se as culturas de algodão, café e amendoim com foco comercial e as de milho, arroz, feijão, mandioca, trigo, alho e cana para a subsistência (MENEZES, 2012). Já na CMD, além de praticamente as mesmas culturas produzidas na CAND, havia em menor proporção, as lavouras de alho, cebola, melancia, banana, abóbora, batata doce, abacaxi, fumo e trigo (CARLI, 2005, p. 116). Por outro lado, Menezes (2012) e Carli (2005) referem-se às perdas da produção de alimentos, sobretudo por falta de equipamentos para armazenamento e as dificuldades no transporte, devido às más condições das estradas.

Nesse sentido, no final da década de 1940 inicia-se uma espécie de campanha para a instalação de uma Feira Livre em Dourados, sendo essa campanha encabeçada por Armando da

Silva Carmello, diretor e proprietário do jornal *O Douradense* e, além disso, ocupava o cargo de Secretário da Associação Comercial e Secretário Interino da Prefeitura. Ao que parece, a criação da feira obedeceu ou fez parte de um planejamento do poder público para o município, de acordo com a Lei nº 74, de 13 de dezembro de 1947. O fato é que em 15 de julho de 1948 o então prefeito municipal, Antônio de Carvalho, popularmente conhecido como Carvalhinho, cria através do Decreto Lei nº 19 a Feira Livre de Dourados, sendo tal documento publicado no jornal *O Douradense* em 11 de setembro de 1948. De acordo com o referido Decreto Lei, alguns aspectos foram considerados:

Considerando que a necessidade imperiosa de incrementar o aumento de produção por parte dos colonos disseminados pelo município; Considerando que a referida produção já é considerável e merece desse executivo municipal toda a sua iniciativa em sua venda em mercados próximos; Considerando que, do intercâmbio comercial entre os colonos e o comércio local, resultará o aumento das rendas municipais; Considerando ainda que da criação de mercados ou feiras livres a população local será melhor atendida dos produtos de primeira necessidade e com preços mais vantajosos, como sejam aqueles que naturalmente serão tabelados e fiscalizados por esta Prefeitura (*O Douradense*, 11/09/1948, p. 4).

Percebe-se que, para além das questões de comercialização da produção ou dos excedentes da(s) Colônia(s) e uma possível estratégia para o abastecimento de gêneros alimentícios aos moradores da cidade, havia o interesse de arrecadação de impostos para o município, ficando os feirantes, conforme a publicação, isentos do pagamento até o final do referido ano, sendo esta isenção, pelo menos aparentemente, uma motivação para a adesão dos colonos.

A problematização de tais questões nessa pesquisa é importante para tentar se compreender alguns aspectos que mais tarde irão contribuir para a escolha e legitimação da Feira Livre de Dourados como patrimônio histórico e cultural: o processo de interação dos moradores da cidade e das colônias, o entendimento da Feira Livre enquanto espaço de trocas comerciais e simbólicas, a visão e o interesse do poder público em relação à feira, a questão do pertencimento pelo bem patrimonial, além do desenvolvimento econômico de Dourados, tão pautado no progresso e na modernidade, discurso bastante utilizado pela imprensa local e pelos memorialistas.

Tal discurso é comprovado quando o articulista d'*O Douradense* dirige-se ao leitor evocando o “espírito progressista dos nossos colonos agricultores” ao tratar de um assunto de “grande relevância e uma iniciativa altamente progressista” (*O Douradense*, 10/08/1948, p. 1). Ou seja, criar uma feira no município foi interpretado e representado como sinônimo de crescimento econômico, além de projetar Dourados no cenário político da região.

## 4.2. Os espaços ocupados pela Feira Livre: a dinâmica da cidade e suas memórias

O Decreto-Lei nº 19/1948 ainda menciona que a Feira Livre ficaria localizada “possivelmente na praça reservada para o Grupo Escolar de Dourados” (*O Douradense*, 11/09/1948, p. 4). De fato, a primeira feira ocorrida na cidade foi em um domingo pela manhã, no dia 15 de agosto de 1948 na Praça Antônio João. Tal fato foi noticiado pela imprensa local que o retratou como “espetáculo bastante animador” e apresentou as percepções de três personagens locais: Sr. Milton Sá Santos (Presidente da Associação Comercial de Dourados), Sr. Armando Campos Belo (comerciante e político) e Sr. Argot Anderson (visitante). Os três homens elogiam o prefeito pela criação da feira, exaltam o “progresso e a grandeza” de Dourados enquanto centro agrícola, a que chamam de “Terra de Promissão”.

De acordo com a publicação, a feira não faria concorrência com o comércio local, pois comercializaria artigos necessários para o cotidiano das pessoas, ou seja, galinha, ovos, verduras, frutas, carne de porco e peixe. Além disso, favoreceria o comércio local, na medida em que, de certa forma obrigaria os colonos a comprarem mercadorias de outros gêneros para abastecerem suas famílias e suas lavouras (*O Douradense*, 17/08/1948, p.1). Nesse contexto, nota-se claramente como se iniciava um processo de trocas comerciais que, aos poucos, derivaram outros tipos de relações sociais entre colonos e moradores da cidade.

Porém a Feira Livre de Dourados não permaneceu na Praça Antônio João por muito tempo, sendo que funcionou em vários locais da cidade. Venâncio (2014) relata as memórias de sua mãe sobre a feira, em seu livro *Dourados e sua Cultura*, fruto da compilação de vários artigos publicados em sua coluna na *Folha de Dourados*:

Era dezembro de 1952, minha mãe a pouco havia se mudado para Dourados quando foi informada que defronte a casa da família Kanashiro, que ficava na Avenida Presidente Vargas, realizava-se aos domingos uma feira-livre. Minha mãe então preparou uma cesta com pastéis e mandou que meu irmão Irlan a levasse até a feira para serem vendidos. Contava a minha mãe que a venda não foi das melhores e que o guardanapo de tecido bem branquinho que cobria os pastéis ficou vermelhinho de poeira [...] (VENÂNCIO, 2014, p. 54).

O autor ainda relata que mais tarde a feira foi transferida para a Rua Dr. Nelson de Araújo, entre a Avenida Marcelino Pires e Rua Rio Grande do Sul, atual Weimar Gonçalves

Torres. Nesse caso, as memórias do autor referem-se aos doces que marcaram sua infância e que eram vendidos na feira.

Ela [a feira] começava em frente a casa de Dona Quinha, uma professora que lecionava no Grupo Escolar Joaquim Murtinho, e que ficou muito conhecida pelos pirulitos, feitos com açúcar, mel de abelha e limão. Tinha um sabor muito especial que só de lembrar, me dá água na boca. Os pirulitos eram feitos em tabuleiro de madeira e faziam muito sucesso com as crianças (VENÂNCIO, 2014, p. 54).

Depois de um tempo, a feira foi transferida para a Rua Santa Catarina, atual Onofre Pereira de Matos, entre as ruas Presidente Vargas e João Rosa Góes. Devido à falta de espaço para o seu crescimento, foi transferida para a Rua Cuiabá, onde permaneceu por mais de 30 anos (VENÂNCIO, 2014, p. 55). Outra fonte relata que na década de 1970 a feira era localizada na Vila Industrial, na Rua Fernando Ferrari. De lá, passou para a Rua Onofre Pereira de Matos e, em 1981, durante a gestão do ex-prefeito José Elias Moreira, mudou-se para a Rua Cuiabá (ROSA *et. al.*, 2010. 1 min.). Mais recentemente, no dia 26 de novembro de 2016, a Feira Livre de Dourados novamente tem seu local alterado, passando agora a se estabelecer de forma fixa no Jardim São Pedro, sendo denominada Espaço Feira João Totó Câmara, numa homenagem ao ex-prefeito de Dourados que exerceu dois mandatos (1967-1970 e 1974-1977).

Atualmente Dourados possui várias feiras espalhadas por alguns bairros e que funcionam durante a semana. Além do Espaço Feira Central, BNH's I e II Plano, Parque Alvorada, Izidro Pedroso, Vila Vargas, Praça do Cinquentenário, Jardim Flórida e a Feira Agroecológica do Parque dos Ipês (*O Progresso*, 24/11/2016).

A temática dos espaços que a Feira Livre ocupou em Dourados e a forma como o poder público tratou dessa questão me parece importante nesse contexto, na medida em que aparentemente e de acordo com algumas conversas informais com frequentadores, a feira foi, aos poucos, deixando o espaço urbano central e ocupando gradativamente, as margens da cidade. Na verdade, sabe-se que tais mudanças relativas à localização da feira em uma cidade são estratégias do poder público diante do planejamento urbano e que em determinados locais uma feira não é “bem vista”, a exemplo da feira que funcionou por um período de tempo próximo ao Fórum de Dourados. Essa diversidade de espaços, as formas como os mesmos foram utilizados e estabelecidos geograficamente e na perspectiva do planejamento urbano, e além disso, a constante (re)apropriação desses espaços por moradores, feirantes e visitantes me instiga a analisar e problematizar esses contextos que são, além de diversos, complexos, pois têm desdobramentos nos âmbitos econômico, social, cultural, dentre outros, que conferem a esse espaço uma dinamicidade e sociabilidade.

A feira é o local em que as sociabilidades se manifestam em todas as suas dimensões, sendo na rua que elas se expressam com maior intensidade. Inúmeras são as pessoas que se deslocam semanalmente para os núcleos urbanos, oriundos da zona rural ou mesmo de outros centros urbanos, transformando a feira numa efervescência social, caracterizada por uma multiplicidade de sujeitos, com variados eventos, modificando, ainda que por um período curto, a temporalidade da cidade e imprimindo um dinamismo diferente do rotineiro, do habitual (ARAUJO, 2011, p. 90-91).

Por outro lado, ao longo dos anos, foram criadas outras feiras nos bairros de Dourados a fim de atender aos moradores das proximidades, incrementar os ganhos dos feirantes, gerar renda para o município, e de certa forma, esse procedimento também foi criando uma identidade vinculada ao espaço ocupado pela feira, suas características próprias, o dia da semana em que ela foi estabelecida, além do bairro em que está localizada, a relação com os moradores do entorno, dentre outros aspectos relevantes para esta pesquisa.

#### **4.3. A Feira Livre de Dourados e as problemáticas relacionadas à preservação do patrimônio cultural**

De um modo geral, as feiras tiveram papel fundamental para o surgimento e desenvolvimento de muitas cidades, sendo seu principal elemento de ligação com o campo. E foi justamente o que ocorreu em Dourados, conforme aponta Ernandes (2009):

Desenvolvendo-se, a cidade passou a atrair produtores das redondezas que traziam galinhas, ovos, verduras, frutas, legumes e carnes para vender (jornal *O Douradense*, 1948). Em 1948, a feira livre, sem dúvida, se transformou no ponto principal de intercâmbio da população rural com a urbana e demandou a criação da Associação Comercial (ERNANDES, 2009, p. 40).

Nesse contexto, a feira torna-se um dos principais locais de trocas em Dourados, onde colonos levavam suas mercadorias para vender e paralelamente abasteciam-se com produtos que não possuíam, através do bolichos<sup>28</sup> que haviam na cidade. Dessa forma, considera-se importante pesquisar a Feira Livre de Dourados enquanto espaço, não somente em sua vertente

---

<sup>28</sup> Trata-se de uma pequena mercearia, que também funcionava como bar. Vendia desde gêneros alimentícios, utilidades domésticas, bebidas alcoólicas, passando por aviamentos e fumo de rolo.



geográfica com suas mudanças através das décadas, mas também em sua constituição social e cultural.

Outro ponto que oferece relevância nesse contexto é o fato de que a Feira Livre de Dourados é considerada patrimônio histórico-cultural do município. Talvez, a princípio, essa informação não seja extremamente considerável, até porque a cidade possui outros patrimônios de igual importância, porém a problemática relacionada a essa questão e seus desdobramentos é que me instigam à pesquisa. O fato é que em 7 de julho de 2010 a Feira Livre de Dourados foi tombada<sup>29</sup> como patrimônio histórico-cultural municipal de acordo com a Lei nº 3.395/2010<sup>30</sup>. Consultando os documentos da Câmara Municipal, nota-se que essa solicitação<sup>31</sup> foi apresentada pelo vereador Marcelo Barros e não passou pela consulta do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental de Dourados<sup>32</sup>, apesar de ser necessário, de acordo com a Lei Complementar nº 232, de 11/12/2013, em seu artigo 3º, ao dispor que

Todo tombamento será necessariamente precedido de prévia consulta ao Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental de Dourados que emitirá parecer conclusivo sobre o preenchimento dos requisitos necessários para que o bem constitua parte integrante do patrimônio histórico, cultural e ambiental do município (LEI COMPLEMENTAR Nº 232, 11/12/2013, p. 1).

Nesse momento se faz necessário alguns apontamentos no sentido de tentar problematizar e discutir as ações realizadas em âmbito municipal pelo Poder Legislativo, visto que as mesmas apresentam distorções em relação à política patrimonial estabelecida no Brasil desde a década de 1930, a qual trata o tombamento como ato administrativo e que deve ser

---

<sup>29</sup> O Tombamento é o mais antigo instrumento de proteção em utilização pelo Iphan, tendo sido instituído pelo [Decreto Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937](#), e proíbe a destruição de bens culturais tombados, colocando-os sob vigilância do Instituto. Para ser tombado, um bem passa por um processo administrativo, até ser inscrito em pelo menos um dos quatro [Livros do Tombo](#) instituídos pelo Decreto: Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; Livro do Tombo Histórico; Livro do Tombo das Belas Artes; e Livro do Tombo das Artes Aplicadas (IPHAN, 2017).

<sup>30</sup> Publicada no Diário Oficial do Município Ano XII, nº 2.796, em 13 de julho de 2010.

<sup>31</sup> De acordo com as fontes consultadas, todos os patrimônios tombados e registrados pelo município até o momento, não passaram pela consulta e/ou deliberação do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental de Dourados.

<sup>32</sup> Criado através da Lei Complementar nº 002, de 9 de novembro de 1990. Trata-se de um órgão *consultivo e deliberativo*, vinculado à Secretaria Municipal de Cultura, destinado a tratar das questões referentes ao patrimônio histórico, cultural e ambiental do município. Entende-se que os membros do Conselho se constituem como braço técnico do Poder Executivo para as questões relativas ao patrimônio cultural do município.

proposto e regulamentado pelo Poder Executivo<sup>33</sup>. Utilizando os critérios apontados pelo Decreto-Lei nº 25 de 1937 que trata do tombamento, Rabello (2009) explica que

O Decreto-lei 25/37 não escolheu o sistema de proteção *ex vi legis*, isto é, decorrente automaticamente da lei. Poderia a lei federal ter escolhido fórmula vigente em alguns países segundo a qual coisas com certo tempo de existência ficam imediatamente protegidas. Entretanto o Decreto-lei 25/37 previu processo administrativo pelo qual cabe ao órgão do Executivo avaliar quais os bens que merecem proteção federal. Com esta previsão legal abriu-se ao Executivo o espaço legal necessário ao exercício de poder de polícia nesta área, já que lhe caberá determinar os bens passíveis de proteção. Outrossim, os bens apontados, após o processo administrativo competente, passarão a estar sob a tutela especial do Estado, integrando seu domínio eminente (RABELLO, 2009, p. 46).

Nesse sentido, a professora e advogada Sônia Rabello é taxativa: “Tal como está previsto no Decreto-lei 25/37, o tombamento é ato administrativo cuja competência para praticá-lo foi atribuída pela lei a órgãos específicos do Poder Executivo” (RABELLO, 2009, p. 47)<sup>34</sup>. Nesse sentido, entende-se que o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental de Dourados pode e deve exercer a função relacionada à consulta e deliberação das propostas advindas do Poder Executivo, pois trata-se de um grupo de profissionais que possuem saber técnico relacionado às questões patrimoniais no município.

Diante desse cenário, pode-se notar que, assim como apresentado na proposta de tombamento da Feira Livre de Dourados, bem como para com os demais bens culturais do município, que sejam materiais ou imateriais, os vereadores legislaram para além de suas funções, pois sendo o tombamento um ato administrativo, próprio do Executivo, somente o prefeito deve praticá-lo e, dessa forma, “Ao praticá-lo, a Câmara estará invadindo o âmbito de competência do Executivo”<sup>35</sup>.

Para além dessa questão, observa-se que na justificativa para a proposição do tombamento da Feira Livre de Dourados é citado o artigo 216, § 1 da Constituição Federal onde o Tombamento é previsto como uma das formas de preservação do patrimônio brasileiro. De fato, o Tombamento foi instituído pelo Decreto Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, porém é adequado para os bens culturais materiais, sendo os mesmos móveis ou imóveis “entre os

<sup>33</sup> “Limitando direitos, no caso o direito de propriedade, confere-se ao Poder Executivo o exercício do poder de polícia para proteção do interesse público de preservação de bens de valor cultural que determinadas coisas possam conter” (RABELLO, 2009, 46).

<sup>34</sup> Sobre o papel do Legislativo, Rabelo (2009) aponta que: “O Legislativo é, pois, competente para legislar sobre qualquer forma de proteção ao bem cultural” (p.47).

<sup>35</sup> Conforme parecer de Joaquim Torres Araújo em 28.02.85 (Visto ao Processo 07/32086/83, Resposta ao Ofício 63/84, Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro) citado por Rabello (2009, p. 51).

quais estão conjuntos urbanos, edificações, coleções e acervos, equipamentos urbanos e de infraestrutura, paisagens, ruínas, jardins e parques históricos, terreiros e sítios arqueológicos” (IPHAN, 2017). A questão a ser problematizada é: A Feira Livre de Dourados é um bem móvel ou imóvel? Está categorizada nas especificações do Tombamento? No artigo 17 da Lei do Tombamento é previsto que: “as coisas tombadas não poderão, em caso nenhum ser destruídas, demolidas ou mutiladas [...]” Ora, questiono então se a Feira Livre de Dourados, patrimônio tombado, poderia ter mudado de local conforme foi feito em 2016? Essa mudança de local não se configuraria enquanto uma descaracterização do bem? Nesse âmbito, quem autorizou essa mudança de local? Salienta-se também que essa questão não foi questionada, nem mesmo informada ao Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental de Dourados, de acordo com suas atas de reuniões.

Outra problematização deve ser apresentada, visto que, ao que as fontes pesquisadas apontam, Dourados/MS se inspira na legislação patrimonial federal<sup>36</sup> para apresentar as propostas de tombamento e registro dos bens culturais do município. Tal questão é extremamente importante para a discussão nessa monografia, pois os municípios devem possuir uma legislação específica para tratar da proteção de seus patrimônios culturais. Nesse sentido, procurou-se saber, diante da Lei Orgânica do Município<sup>37</sup>, como a política patrimonial em Dourados é estruturada. Nessa perspectiva, foi encontrada no artigo 243 que diz respeito ao capítulo VIII – Da Cultura, a definição do que se constitui enquanto patrimônio cultural, notando-se uma adaptação do artigo 216 da Constituição Federal, abaixo transcrita. No que concerne ao instrumento tombamento (em única passagem) é mencionado no artigo 244: “O Poder Municipal, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural municipal, através do arquivo público<sup>38</sup> que fará o inventário, registros, vigilância, tombamento, desapropriação e outras formas de acautelamento e preservação” (LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO, 1990, p. 40).

---

<sup>36</sup> Até o presente momento não foi encontrada a Lei de Tombamento do município e de acordo com as pesquisas realizadas, além das justificativas para o tombamento da Feira Livre de Dourados não remeterem à legislação municipal, somente à federal (sobretudo apoiando-se no artigo 216 da Constituição Federal). Tais assertivas nos levam a crer que o município não possui uma lei específica para tratar da proteção do patrimônio cultural à nível municipal.

<sup>37</sup> Pode ser acessada através do link:

[http://www.camaradourados.ms.gov.br/base/www/camaradourados.ms.gov.br/media/attachments/53/53/547df0239ee564a322cf9c2aa7d6834decd147dd0c302\\_lei\\_organica-cidade-de-dourados-.pdf](http://www.camaradourados.ms.gov.br/base/www/camaradourados.ms.gov.br/media/attachments/53/53/547df0239ee564a322cf9c2aa7d6834decd147dd0c302_lei_organica-cidade-de-dourados-.pdf). Acesso: 08/12/2018.

<sup>38</sup> À título de conhecimento, a instituição arquivo público municipal não está em funcionamento no momento.

Voltando à problemática do tombamento, no diz que diz respeito ao instrumento protetivo, ao que parece ocorreu uma confusão, talvez por desconhecimento técnico, pois o mesmo artigo 216 da Constituição Federal, em seu § 1, traz a informação de que

O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, *registros*, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988, ART. 216, § 1, destaque meu).

Ou seja, o instrumento mais adequado para a proteção dos bens imateriais é o Registro, que foi instituído pelo Decreto nº 3551, de 4 de agosto de 2000, ampliando a noção de patrimônio cultural para abarcar também as manifestações simbólicas, e não somente o *patrimônio de pedra e cal*. Nesse sentido,

Os bens culturais de natureza imaterial dizem respeito àquelas práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares (como mercados, *feiras* e santuários que abrigam práticas culturais coletivas) (IPHAN, 2017, destaque meu).

Nota-se, conforme destacado, que há a prerrogativa de feiras que podem ser registradas enquanto patrimônio cultural imaterial. À exemplo, temos o registro à nível federal das seguintes: Feira de Caruaru (PE) em 2006 e Feira de Campina Grande (PB) em 2017. Ou seja, diante do exposto, acredito que a Feira Livre de Dourados deveria ter sido registrada e não tombada enquanto patrimônio cultural, observando a legislação federal em relação a essa questão. Salienta-se também que o poder público, por meio da Procuradoria Jurídica da Câmara Municipal de Dourados, emitiu parecer positivo para o tombamento<sup>39</sup>.

Ainda no bojo dessa discussão, questiono mesmo assim, a mudança da Feira Livre de Dourados da Rua Cuiabá para a atual Feira João Totó Câmara, na Vila São Pedro. Sabendo-se que os registros de bens imateriais devem ser feitos em um dos quatro Livro Tombo (Livro de Registro dos Saberes, Livro de Registro das Celebrações, Livro de Registro da Formas de Expressão, Livro de Registro dos Lugares), e que o utilizado para essa categoria pelo IPHAN<sup>40</sup>

<sup>39</sup> Conforme Parecer nº 002/10 – PLV/Cultura de 22 de abril de 2010.

<sup>40</sup> Utilizo a referência federal, visto que o município a utiliza para as questões de proteção do patrimônio cultural.

é o *Livro de Registro do Lugares*<sup>41</sup>, poderia ainda assim a feira ter sido deslocada em seu espaço físico?

Ou seja, a simbologia da Feira Livre, as tradições, as representações, a sua identidade também não estaria vinculada à Rua Cuiabá? Que fatores levaram a essa mudança, que interesses estariam vinculados a essa questão? O cerne dessa questão é o tratamento e a importância que o patrimônio cultural tem para o morador e para o poder público. Sabe-se que existe um cenário de omissão do poder público para com o patrimônio brasileiro, de forma geral. Nesse sentido, é importante atentar-se para esse trecho da Lei que tombou a Feira Livre de Dourados: “Ficará a cargo do poder público realizar reformar e restaurar *no local de funcionamento da Feira*, sempre que for necessário” (LEI nº 3395, 07/07/2010, destaques meus). Qual seria o local de funcionamento da feira? Em 2010 na Rua Cuiabá, porém a mesma Lei não dispõe sobre a localização da feira e, inclusive o prefeito municipal Ari Valdecir Artuzi veta o parágrafo único, no qual versava: “Atualmente a Feira Livre funciona na Rua Cuiabá entre a Avenida Presidente Vargas e Rua Albino Torraca” (PROCESSO Nº 010.34.003, 29/03/2010). Na justificativa do veto, consta:

[...] a feira livre pode ser realizada em qualquer local da cidade indicado pelo Executivo Municipal [...] que pode, de acordo com a necessidade e interesse público indicar outra localização para sua realização, não podendo, portanto, ficar delimitado em lei (MENSAGEM/VETO Nº 04/2010 – PGM, 2010, p. 1-2).

Houve então, um estranhamento entre os poderes Executivo e Legislativo relacionado a essa questão, ou como apontei anteriormente, uma inversão nas funções administrativas no momento em que o Legislativo onera o poder do Executivo. Ainda assim, de acordo com o Parecer nº 004/10 – Veto/PL 028/10, de 7 de outubro de 2010, a Procuradoria Geral do Município informa que o veto não se justifica, rejeita-o e solicita que seja incluído na votação em plenário. A votação é realizada em 25/10/2010, na qual os 12 vereadores presentes votam contra o veto. Assim, em 27 de outubro de 2010, através do Ofício nº 1355/2010, o presidente da Câmara de Vereadores Dirceu Aparecido Longhi comunica, para as devidas providências, a então prefeita Délia Godóy Razuk o posicionamento do Legislativo Municipal. Ao que parece,

---

<sup>41</sup> Para mercados, feiras, santuários, praças onde são concentradas ou reproduzidas práticas culturais coletivas. *Lugares* são aqueles que possuem sentido cultural diferenciado para a população local, onde são realizadas práticas e atividades de naturezas variadas, tanto cotidianas quanto excepcionais, tanto vernáculos quanto oficiais. Podem ser conceituados como lugares focais da vida social de uma localidade, cujos atributos são reconhecidos e tematizados em representações simbólicas e narrativas, participando da construção dos sentidos de pertencimento, memória e identidade dos grupos sociais (IPHAN, 2017).

a solicitação da Câmara de Vereadores para o tombamento iria ao encontro com a preservação do local da feira, na rua Cuiabá.

Essa problemática aponta justamente para as relações de poder que existem nas questões patrimoniais, sobretudo em âmbito municipal. Os vereadores não devem propor tombamentos e principalmente registros de bens imateriais pois são, dentre outros fatores, mais “vulneráveis”, devido à sua maior proximidade com o eleitorado, às especulações de sujeitos ou grupos que querem exercer sua vontade em determinadas ações de escolha e legitimação patrimonial. Nesse sentido, reafirmando tal questão, o Poder Executivo é quem deve tratar de tais questões, visto que possui um corpo técnico e, dentro dos parâmetros éticos deve ser neutro, ao tratar das referências culturais do município.

Mas o fato é que em 2016 a Feira Livre foi realocada para outro espaço. Sabe-se que essa medida envolveu diversos fatores e, inclusive uma ação do Ministério Público Estadual que determinava que a prefeitura retirasse os feirantes da rua e atendesse as medidas de inspeção sanitária. Nota-se, também que a discussão sobre a alteração do local da feira já era realizada em 2010 (cf. *DOURADOS AGORA*, 29/03/2010). A notícia também aborda que a Secretaria de Serviços Urbanos de Dourados solicitou o cadastramento de todos os feirantes, informou sobre a fiscalização da Vigilância Sanitária, que proibiu a venda de carne, exigiu água encanada e pia aos feirantes e somente permitiu a venda de ovos e queijo mediante o selo de autorização da Secretaria de Agricultura. Todas essas questões provavelmente geraram impasses entre feirantes, poder público e moradores locais, os quais se acentuaram ao longo dos mais de 30 anos em que a feira livre funcionou no local.

A história demonstra que tais impasses ainda estão presentes, visto que, de acordo com algumas conversas informais com feirantes, o novo local não foi bem aceito entre os mesmos, pois agora, a Feira Livre encontra-se cercada, os locais para estacionamento estão mais afastados e as características e as formas como estão dispostas as bancas estão diferentes, dentre outros problemas identificados. A feira mudou... literalmente e simbolicamente.

## CONCLUSÃO

O conceito de patrimônio cultural evoluiu com processo histórico e o que antes era concebido em uma perspectiva de coleção de riquezas, passou com o tempo a ser valorizado em outras dimensões. Já no século XX, o conceito também passou a abarcar expressões materiais e imateriais e a identidade sociocultural de uma Nação adquiriu valor. Na atualidade, percebe-se que a evolução do conceito, paralelamente ao da cultura, segue uma vertente mais dinâmica, e a riqueza cultural expressa através do patrimônio tornou-se fundamental para a democracia cultural e social.

Com a ampliação e diversificação da abordagem patrimonial, a exclusividade que favorecia os bens culturais produzidos e legitimados pelas classes hegemônicas, deu lugar às outras formas de cultura, sobretudo à inserção e valorização da cultura popular. Com isso, as feiras se tornaram referências culturais associadas aos valores e a história de um determinado povo, exprimindo sua diversidade, seus símbolos e suas representações, ou seja, seu patrimônio cultural.

No caso de Dourados, cidade cujo povoamento não índio ocorreu pela chegada e permanência de migrantes e imigrantes de diferentes culturas, o patrimônio cultural pode ser entendido como uma construção identitária, representada pelos diferentes elementos simbólicos sociais e culturais, aspectos físicos patrimoniais, além das diversas práticas sociais que foram aos poucos incorporadas e que, de alguma forma, estão diretamente associadas às memórias dos sujeitos presentes nesse contexto. Desse modo, a heterogeneidade cultural, traduzida pelas diversas raças, línguas e nacionalidades que formaram e construíram a cultura sul-mato-grossense, produziram especificidades e características peculiaridades pelas quais os indivíduos pertencentes a distintos grupos se aproximaram e se diferenciaram dos demais.

Nesse sentido, pode-se entender a Feira Livre de Dourados com um desses símbolos que, seu surgimento aliado ao contexto histórico da CAND, contribuiu para o desenvolvimento do município, além de marcar o cotidiano do douradense ao longo dos anos para se tornar, em 2010, patrimônio cultural do município. As práticas sociais, as memórias, a dinâmica dos espaços que a Feira Livre ocupou em Dourados, enfim, a sua história, traz à discussão a importância das referências patrimoniais para o município.

Com relação as questões patrimoniais, a pesquisa apontou diversas problemáticas, porém acredita-se que a falta de legislação específica para a proteção dos bens culturais materiais e imateriais no município é fundamental e central, pois é através dela que as ações de proteção podem ser realmente ativas e executadas de maneira adequada com a finalidade de

proteger e preservar o patrimônio cultural. Nesse sentido, aponta-se a utilização inadequada do instrumento tombamento para o patrimônio em questão, visto que o que se protege é a imaterialidade, os significados, os aspectos simbólicos, os saberes, ou seja, a cultura na/da Feira Livre de Dourados, o que não deixa de estar obrigatoriamente, vinculada à determinado local na cidade.

Outra consideração importante diz respeito a forma como a política patrimonial é pensada e tratada no município, presente nas imbricações e desmandos relacionados aos poderes Executivo e Legislativo, que não consideram seu papel e funções específicas, além de desconsiderarem a importância em se possuir legislações específicas relacionadas a proteção do patrimônio cultural no município, bem como a não observância das funções do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental de Dourados, que só ficam sabendo sobre tombamentos e registros através das publicações em Diário Oficial.

Ou seja, a falta de legislação específica em âmbito municipal esbarra, muitas vezes, na não observância da proteção patrimonial em seus termos práticos, já que a legislação municipal deveria contemplar, juntamente com o instrumento de proteção, as sanções derivadas da não observância dos critérios protetivos. Ou seja, adotando uma linguagem popular: o bem é tombado ou registrado, mas quem é o responsável pela sua proteção? Ou ainda, quem será responsabilizado (inclusive judicialmente) por não o proteger?

Por fim, essa monografia oportunizou a possibilidade de se refletir como patrimônio cultural é entendido e tratado em Dourados/MS, de acordo com os diversos olhares, as diversas memórias, compondo uma interpretação da história. Espera-se que outros pesquisadores se interessem pelo assunto, que outras pesquisas sejam planejadas e desenvolvidas, tanto nos aspectos patrimoniais, como também na abordagem histórica das feiras.



## REFERÊNCIAS

AMARAL, Inez Maria Bitencourt do. *Entre rupturas e permanências: a Igreja Católica na região de Dourados (1943 – 1971)*. 2005. 122 f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Dourados.

ARAUJO, Giovanna de Aquino Fonseca. *Continuidade e descontinuidade no contexto da globalização: um estudo de feiras em Portugal e no Brasil (1986-2007)*. 2011. 700 f. Tese (Doutorado em Idade Contemporânea (UMINHO) e Doutorado em História Social (UFBA) – Regime de Co-tutela) – Instituto de Ciências Sociais, Departamento de História (Universidade do Minho) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Braga/Portugal.

BACELLAR, Carlos. *Fontes documentais: Uso e mau uso dos arquivos*. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 23-79.

BARRETTO, Margarita. *Turismo e legado cultural: as possibilidades do planejamento*. Campinas/SP: Papirus, 2000.

BREFE, Ana Cláudia Fonseca. *A cidade inventada: a Paulicéia construída nos relatos memorialistas (1870-1920)*. 1993. 164 f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, Universidade Estadual de Campinas, 1993.

BURKE, Peter. *O que é história cultural?* Tradução de Sergio Goes de Paula. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

CALADO, Lenita Maria Rodrigues. *Era uma feira aonde a gente ia de chinelo: Campo Grande e sua Feira Central*. Dourados/MS: Ed. UFGD, 2013.

CAMARGO, Haroldo Leitão. *Patrimônio histórico e cultural*. 2. ed. São Paulo: Aleph, 2002.

CANCLINI, Néstor García. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. Tradução de Ana Regina Lessa e Heloísa Pessa Cintrão. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2003.

\_\_\_\_\_. *O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional*. Tradução de Maurício Santana Dias. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 23, 1994.

CANDAU, Joël. *Memória e identidade*. Tradução de Maria Letícia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2014.

CARLI, Maria Aparecida Ferreira. *Dourados e a democratização da terra: povoamento e colonização da Colônia Agrícola Municipal de Dourados*. Dourados, MS: Editora da UFGD, 2008.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. Tradução de Luciano Vieira Machado. 5. ed. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006.

CRUZ, Heloisa de Faria.; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversar sobre história e imprensa. *Projeto História*, São Paulo, n. 35, p. 253-270, dez. 2007.

DIAS, Reinaldo. *Turismo e patrimônio cultural*: recursos que acompanham o crescimento das cidades. São Paulo: Saraiva, 2006.

ERNANDES, Mercolis Alexandre. *A construção da identidade douradense (1920-1990)*. 2009. 117 f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados.

FUNARI, Pedro Paulo.; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. *Patrimônio histórico e cultural*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. In: CHAGAS, Mário; ABREU, Regina (Orgs.). *Memória e patrimônio*: ensaios contemporâneos. 2 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009, p. 25-33.

GONÇALVES, Janice. Pierre Nora e o tempo presente: entre a memória e o patrimônio cultural. *Historiae*, Rio Grande, v. 3, n. 3, p. 27-46, 2012.

GUIMARÃES, Camila Aude. *A feira livre na celebração da cultura popular*. 2010. 20 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Gestão Cultural e Organização de Eventos) – Centro de Estudos Latino-Americanos sobre Cultura e Comunicação, Universidade de São Paulo, São Paulo.

IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Informações diversas disponíveis no site, 2018.

IPHAN. *Feira de Campina Grande*: Patrimônio cultural do Brasil. Dossiê do Registro da Feira de Campina Grande. IPHAN: Campina Grande/PB, 2017.

IPHAN. *Dossiê*: Feira de Caruaru: Inventário Nacional de referência cultural. IPHAN: Recife/PE, 2006.

KARNAL, Leandro.; TATSCH, Flavia Galli. *Documento e história*: a memória evanescente. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tânia Regina de (Orgs). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2017. p. 9-27.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2003.

HARTOG, François. *Regimes de historicidade*: presentismo e experiências do tempo. Vários tradutores. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Tradução de Bernardo Leitão, Irene Ferreira e Suzana Ferreira Borges. 7. ed. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2013.

MARIN, Jérri Roberto. *A Igreja Católica e o centenário da Diocese de Corumbá*: história e imagens. Campo Grande: UCDB, 2011.

MARTINS, Ana Luiza. Fontes para o patrimônio: uma construção permanente. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tânia Regina de (Orgs). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2013. p. 281-308.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. *O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas*. In: IPHAN. I Fórum do Patrimônio cultural: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão. Brasília/DF: IPHAN, 2012.

MENEZES, Ana Paula. *Atividades econômicas na Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND): a agricultura e a exploração de madeira (1950-1970)*. 2012. 138 f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História Cultural*. 2. ed. 2. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

\_\_\_\_\_. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. *Revista Brasileira de História*. v. 27, n. 53, p. 11-23, jan./jun. 2007. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/263/26305302.pdf>>. Acesso em: 13 nov. 2018.

PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tânia Regina de. Apresentação. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tânia Regina de (Orgs). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2011. p. 7-8.

PINTO, Maiara Laís. *Da usina termoelétrica Senador Filinto Muller à Usina Velha: contribuição à história de um patrimônio histórico-cultural douradense*. 2015. 180 f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. Tradução de Monique Augras. *Estudos históricos*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

PONCIANO, Nilton Paulo. *Fronteira, Religião, Cidade: o papel da Igreja Católica no processo de organização sócio-espacial da cidade de Fátima do Sul/MS (1943-1965)*. 2006. 231 f. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Letras e Ciências de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis/SP.

POULOT, Dominique. *Uma história do patrimônio no Ocidente, séculos XVIII-XXI: do monumento aos valores*. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

RABELLO, Sônia. *O Estado na preservação dos bens culturais: o tombamento*. Rio de Janeiro : IPHAN, 2009

ROSA, Eduarda Fernandes (et. al). *Feira Livre de Dourados – uma história cheia de sons, cheiros e cores*. Documentário em áudio. UNIGRAN: Dourados/MS, 2010.

SANTOS, Claudete Soares de Andrade. *Os colonos e a Igreja Católica no contexto da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (1940-1970)*. 2007. 100f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados.

SANTOS, Marina de Souza. *Memórias, trajetórias e viveres: a experiência de ser nordestino(a) em Dourados-MS (1940-2002)*. 2003. 165 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Mestrado em História Social, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia/MG.

STAROSKI, Vivian.; OLIVEIRA, Paulo Rogério de. Em busca de um passado: a colonização e o mito de origem de Petrolândia (SC). *Fênix - Revista de História e Estudos Culturais*, Uberlândia, v. 12, n. 1, p. 1-21, jan./jun. 2015. ISSN 1807-6971.

TREVISAN, Emerson. *A feira livre em Igarassu: uma análise a partir dos dois circuitos da economia – a convivência do formal e o informal*. 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

VELOSO, Mariza; MADEIRA, Angélica. *Introdução: um estudo sobre as feiras permanentes de Brasília*. In: MADEIRA, Angélica. *A cidade e suas feiras: um estudo sobre as feiras permanentes de Brasília*. Brasília/DF: IPHAN, 2007.

VENÂNCIO, Ilson Boca. *Dourados e sua cultura: memória das artes comentada*. Dourados/MS: Nicanor Coelho Editor, 2014.

## **FONTES UTILIZADAS**

### **LEGISLAÇÃO**

Constituição Federal Brasileira, 1988.

Convenção para a proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural, 1972.

Convenção para a salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, 2003.

Decreto-Lei nº 25, de 30/11/1937.

Decreto nº 3551, de 04/08/2000.

Lei nº 378, de 13/01/1937.

Lei nº 3395, de 07/07/2010.

Lei Complementar nº 232, de 11/12/2013.

Lei Orgânica do município, 1990.

Processo nº 010.34.003, de 29/03/2010.

Mensagem/Veto nº 04/2010 – PGM, 2010.

**JORNAIS**

*O Douradense* (02/12/1948)

*O Douradense* (11/09/1948)

*O Douradense* (10/08/1948)

*O Douradense* (17/08/1948)

*O Progresso* (24/11/2016)

*Dourados Agora* (29/03/2010)